Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
04 de abril de 2019

SUMÁRIO

	Pág.
1. Edital de Convocação	3
2. Exame e deliberação sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	4
3. Proposta da Administração sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2018	5
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes	6
5. Definir o número de membros do Conselho de Administração e eleger os seus membros	12
6. Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia	15
7. Fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal	18
8. Aprovar o desdobramento das ações da Companhia	19
9. Aprovar a alteração dos parágrafos 1º e 2º do artigo 28 e exclusão do artigo 44 do estatuto social	21
10. ANEXO A – Item 10 do Formulário de Referência – Comentários da Administração	23
11. ANEXO B – Item 9-1-II do Formulário de Referência – Destinação do Lucro Líquido	83
12. ANEXO C – Item 13 do Formulário de Referência – Remuneração dos Administradores	88
13. ANEXO D - Boletim de Voto à Distância	104

1. Edital de Convocação

CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 02.998.611/0001- 04

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia") convocados para, na forma do disposto no artigo 13 do Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 04 de abril de 2019, às 09:00 horas, em sua sede social, situada na Rua Casa do Ator nº 1.155, 9º. andar, Vila Olímpia, São Paulo - SP, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **1- Assembleia Geral Ordinária – (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; **(ii)** aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social de 2018; **(iii)** eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes; **(iv)** definir o número de membros do Conselho de Administração e deliberar sobre sua eleição; **(v)** fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; **(vi)** fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal; **2- Assembleia Geral Extraordinária – (vii)** aprovar o desdobramento da totalidade das 164.720.826 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo 64.484.433 ordinárias e 100.236.393 preferenciais, na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais, incluindo as ADRs, com a consequente alteração do artigo 4º do estatuto social; e **(viii)** aprovar a alteração dos parágrafos 1º e 2º do artigo 28 e exclusão do artigo 44 do estatuto social.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM nº 481/09, informamos que para a adoção do processo de voto múltiplo será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante para eleição de membros do Conselho de Administração, devendo tal solicitação ser encaminhada por escrito à Companhia até 48 horas antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária ora convocada.

Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida, desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral.

A Companhia adotará o voto a distância na realização desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia (www.isacteep.com.br/ri) e enviados à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as disposições da legislação aplicável. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

São Paulo, 01 de março de 2019
Bernardo Vargas Gibsone
Presidente do Conselho de Administração

2. Exame e deliberação sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

A Administração da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia" ou "ISA CTEEP") informa que divulgou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o Parecer do Conselho Fiscal em 28 de fevereiro de 2019 na Comissão de Valores Mobiliários (via Empresas.Net) e em 01 de março de 2019 nos jornais Diário Oficial do Estado de SP e Valor Econômico.

3. Proposta da Administração sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social de 2018

A Administração da ISA CTEEP propõe a seguinte destinação do lucro líquido do exercício de 2018 no montante de R$ 1.881.668 mil (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil reais):

(R$ mil)

	2018
Lucro Líquido do exercício[1]	**1.881.668**
Constituição da Reserva Legal	(94.083)
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	1.017
Base de cálculo de proventos	**1.788.602**
Constituição da reserva estatutária	(357.517)
Constituição de reserva especial de lucros a realizar, líquida	(62.415)
Dividendos intermediários pagos	(633.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(592.000)
Constituição da reserva de retenção de lucro	(143.670)
Destinação para dividendos adicionais propostos	**0**

(1) Considera o lucro líquido do exercício consolidado atribuído ao acionista controlador. O lucro líquido do exercício consolidado considerando a participação dos acionistas não controladores foi de R$ 1.895.245 mil.

4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal, Efetivos e Suplentes

Nome (a)	Data de nascimento (b)	Profissão (c)	CPF (d)	Cargo Eletivo Ocupado (e)	Data da Eleição (f)	Data da Posse (f)	Prazo do Mandato (h)	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia (i)	Indicado pelo Controlador (j)	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência (k)	Número de mandatos consecutivos (l)
Ricardo Lopes Cardoso	12/04/75	Contador	034.159.007-03	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Sim	Não se aplica	3
Manuel Domingues de Jesus e Pinho	17/10/50	Contador e administrador de empresas	033.695.877-34	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Sim	Não se aplica	13
Flavio Cesar Maia Luz	27/07/51	Engenheiro	636.622.138-34	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Sim	Não se aplica	8
Felipe Baptista da Silva	17/03/80	Bacharel em Relações Internacionais	089.079.457-05	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Não	Não se aplica	3
Paula Prado Rodrigues Couto	15/08/81	Advogada	089.822.337-76	Membro do Conselho Fiscal (efetivo)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Não	Não se aplica	3
João Henrique de Souza Brum	19/11/60	Contador	609.448.897-00	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Sim	Não se aplica	8
Luiz Flávio Cordeiro da Silva	11/09/63	Contador	763.350.387-49	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Sim	Não se aplica	10
João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles	23/07/64	Engenheiro	100.926.908-90	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Sim	Não se aplica	3

Nome (a)	Data de nascimento (b)	Profissão (c)	CPF (d)	Cargo Eletivo Ocupado (e)	Data da Eleição (f)	Data da Posse (f)	Prazo do Mandato (h)	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia (i)	Indicado pelo Controlador (j)	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência (k)	Número de mandatos consecutivos (l)
Luiz Alberto Meirelles Beleiro Barreiro Júnior	01/03/77	Administrador de Empresas	073.394.277-67	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Não	Não se aplica	3
Eduardo da Costa Ramos	25/07/80	Contador	081.348.777-37	Membro do Conselho Fiscal (suplente)	04/04/19	Até 29/04/19	AGO 2020	Não se aplica	Não	Não se aplica	3

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho Fiscal no último exercício social, a Companhia informa a participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão, conforme abaixo:

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Manuel Domingues de Jesus e Pinho	6	83,34%
Flavio Cesar Maia Luz	6	83,34%
Ricardo Lopes Cardoso	6	100%
Felipe Baptista da Silva	6	100%
Paula Prado Rodrigues Couto	6	100%
Luiz Flávio Cordeiro da Silva	6	16,66%
João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles	6	16,66%

Válido ressaltar que os Srs. João Henrique de Souza Brum, Luiz Alberto Meirelles Beleiro Barreiro e Eduardo da Costa Ramos são membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia e não foram chamados a suprir nenhuma ausência dos membros efetivos nas reuniões realizadas neste mandato, e, assim, não existindo a necessidade da indicação de referidos suplentes na tabela acima.

Efetivos:

Ricardo Lopes Cardoso. Brasileiro, nascido em 12 de abril de 1975. Professor da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAF/UERJ). Doutor em Ciências Contábeis pela FEA/USP (2005), Mestre em Ciências Contábeis pela FAF/UERJ (2001), graduado em Ciências Contábeis (1998) e em Direito (1998). Sócio da SzusterCardoso Serviços Contábeis. Consultor e parecerista de empresas em IFRS/CPC e de governos em IPSAS/MCASP. Membro suplente do Conselho Fiscal da WWF-Brasil. Em 2010 atuou como Academic Fellow da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation), em Londres. Em 2011 atuou como membro do comitê Risk&Quality da PWC-Brasil. Em 2012 atuou como consultor independente do World Bank, para elaboração do Report on the Observance of Standards and Codes in Accounting and Auditing (ROSC-A&A). Entre 2010 e 2013 assessorou o Conselho Federal de Contabilidade, colaborando diretamente em diversos grupos de trabalho, entre eles: revisão técnica da tradução das IPSASs Handbook 2010, disseminação do CPC PME, disseminação dos IFRSs, constituição do GLASS. Interesse de pesquisa em Regulação, Julgamento Profissional e Qualidade da Informação Contábil, tanto no setor público quanto no empresarial.

Manuel Domingues de Jesus e Pinho. Português, nascido em 17 de outubro de 1950. Contador formado em 1977 e administrador de empresas formado em 1975 pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (atual Mackenzie– RJ). Fundador (1984) e Diretor-Presidente da Domingues e Pinho – Contadores (outsourcing nas áreas contábil, tributária, financeiro, pessoal, recursos humanos e paralegal), Fundador (1996) e Diretor Presidente do GBrasil – Grupo Brasil de Empresas de Contabilidade, Membro do IGAL – Intercontinental Grouping of Accountants and Lawyers, Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, Diretor Financeiro da Câmara de Comércio Americana para o Brasil, Vice-Presidente da Câmara de Comércio Brasil Israel, Conselheiro da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa no Rio de Janeiro, Membro da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil. Foi Presidente do Conselho de Administração da Cromos S.A. Tintas Gráficas, que atua no setor de tintas, entre 1999 e 2000 e do Conselho Fiscal da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., distribuidora de energia elétrica, entre 2000 e 2001. Foi Conselheiro Fiscal da TBG – Transportadora Brasileira

Gasoduto Bolívia-Brasil S/A. (Grupo Petrobrás) entre 2007 e 2012. Atualmente, é Presidente do Conselho Fiscal e Financeiro da Ação Comunitária do Brasil e do Conselho Fiscal da Companhia, desde 2006.

Flavio Cesar Maia Luz. Brasileiro, nascido em 27 de julho de 1951. Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica – USP em 1973, com Especialização em Administração de Empresas pela FGV em 1978, Especialização em Economia Aplicada pela FGV em 1981, Finanças Corporativas pela Havard Business School em 1986, Estratégia Mercadológica pela Stanford University em 1990, Negociação pela California University - Berkeley em 2004 e Fusões e Aquisições pela Wharton Business School em 2007. É Sócio-Diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda. desde 2010 na área de Governança e Finanças Corporativas. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. entre 1999 e 2001, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Light S.A., distribuidora de energia elétrica, entre 1999 e 2001 e Vice-Presidente e Diretor da Duratex S.A., produtora de painéis, louças e metais entre 1990 e 1998. É Presidente do Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A., holding, desde 2005, membro do Conselho de Administração da Ser Educacional, empresa do setor educacional, desde 2010 e da Senior Solution, que atua no setor de tecnologia da informação, desde 2012, Conselheiro Fiscal da Companhia desde 2012 e da Itausa, holding, desde 2014.

Felipe Baptista da Silva. Brasileiro, nascido em 17 de março de 1980. Bacharel em Relações Internacionais pela UNESA em 2004. MBA em Gestão de Comércio Exterior e Negociações Internacionais pela FGV/RJ em 2006. MBA Executivo em Negócios Financeiros pelo IBMEC/RJ em 2009. Pós graduado pela GWU/USA em "Teory and Operation of a Modern Economy" em 2014. Analista de Relações Internacionais da Eletrobras no período de julho de 2006 a junho de 2008. Analista Financeiro da Eletrobras no período de julho de 2008 a julho de 2010. Gerente da Divisão de Risco e Rentabilidade da Eletrobras de agosto de 2010 a abril de 2015. Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Negócios da Eletrobras de maio de 2015 a dezembro de 2016. Atualmente ocupa o cargo de Gerente na Superintendência de Planejamento e Controle da Eletrobras desde dezembro de 2016.

Paula Prado Rodrigues Couto. Brasileira, nascida em 15 de agosto de 1981. Bacharel em Direito pela PUC-RIO em 2005. Possui curso de Direito Societário e Mercado de Capitais pela FGV/RJ em 2008 e LLM em Direito Empresarial pela FGV/RJ em 2013. Exerce atividades profissionais na Eletrobras desde 2007, destacando-se as posições de Advogada no período de janeiro de 2007 a fevereiro de 2010, Gerente da Divisão de Orientação Jurídica de fevereiro de 2010 a janeiro de 2012, Gerente da Divisão de Contratos Administrativos de janeiro de 2012 a junho de 2012, Gerente de Departamento Jurídico Empresarial de junho de 2012 a dezembro de 2013, Gerente do Departamento de Relações com Investidores de dezembro de 2013 a novembro de 2016 e Superintendente de Relações com Investidores a partir de dezembro de 2016. Foi membro do Conselho Fiscal da Eletrobras - Distribuição de Alagoas no período de abril de 2014 a agosto de 2015 e da Companhia Energética de Roraima de 2013 a abril de 2014. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Eletros – Fundação de Previdência Social desde agosto de 2015.

Suplentes:

João Henrique de Souza Brum. Brasileiro, nascido em 19 de novembro de 1960. Contador formado pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (atual Mackenzie – Rio) em 1983. Possui 36 anos de experiência profissional em indústrias multinacionais, na área Contábil-Financeira: Controladoria, Contabilidade, Planejamento Financeiro, Fiscal, Custos, Contas a Pagar e Receber e Tesouraria. Forte atuação na coordenação das Demonstrações Financeiras. É Diretor Geral na Domingues e Pinho Contadores, que presta serviços e consultoria e

contadoria desde 1987. Atua como Administrador das empresas SES Americon, operadora de empresas do setor de telecomunicações, é membro da Câmara de Comércio Americana para o Brasil e do Comitê de Gás e Energia da Câmara Americana / Rio de Janeiro, Diretor Financeiro da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. Foi Vice Presidente do IGAL– International Grouping of Accountants and Lawyers entre 2013 e 2015, membro da Comissão Financeira – IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos). Já atuou como Conselheiro Fiscal na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., Lowndes & Sons S.A., corretora e administradora de condomínios, Administradora Itahy S.A., do setor hoteleiro, e Brasfels S.A., estaleiro. Atualmente, é suplente do Conselho Fiscal da Companhia.

Luiz Flávio Cordeiro da Silva. Brasileiro, nascido em 11 de setembro de 1963. Contador formado pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior (atual Mackenzie) - Rio de Janeiro em 1988 e com MBA em Gerência de Energia pela Fundação Getúlio Vargas em 2003. Participou do Seminário de Liderança Avançada do Instituto Haggai em Cingapura em 2006. Desde 1997 é sócio da Empresa Domingues e Pinho Contadores, que tem como atividades principais o outsourcing nas áreas contábil, fiscal, pessoal e financeiro. Atualmente é o diretor responsável pelas operações da Empresa Domingues e Pinho Contadores na cidade de São Paulo. É Gerente de Contabilidade da Mesbla S.A. e da indústria varejista.

João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles. Brasileiro, nascido 23 de julho de 1964, possui graduação em Ciências e Engenharia Eletrônica pela University Of Arkansas At Little Rock em 1990, mestrado em Engenharia Elétrica com ênfase em Telecom e Finanças pela California State University, Long Beach em 1992 e especialização em Administração e Marketing pela CEAG - FGV/SP em 1999. Possui carreira de mais de 26 anos, desenvolvida em áreas Financeira, Comercial, Operacional, assim como na Gestão Geral de negócios, em empresas de Infraestrutura no Brasil e nos EUA, com passagens por Alupar Investimentos S.A como Diretor de Finanças e Relações com Investidores no período de 2007 a 2009, Diretor Geral da Empresa de Transmissão de Energia do Espírito Santo S.A. no período de 2009 a 2013, Diretor Financeiro e Administrativo da Queluz Energia S.A. e Lavrinhas Energia S.A., no período de 2009 a 2013, Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, Engenharia e Construção da Brookfield Energia Renovável S.A., no período de 2013 a 2014 e VP Executivo e CEO das Subsidiárias do Grupo China Three Gorges Brasil – CTGBr no período de 2014 a fevereiro de 2017. Ocupa ainda desde 2007 várias posições como membro do Conselho de Administração de empresas de transmissão e Geração de energia em diferentes grupos econômicos. É conselheiro certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em 2016.

Luiz Alberto Meirelles Beleiro Barreiro Junior. Brasileiro, nascido em 01 de março de 1977. Administrador de empresas pela Universidade Estácio de Sá em agosto de 1999, possui MBA em Finanças Corporativas pela PUC/RJ em 2003 e Mestrado em Administração pelo IBMEC em junho de 2008. Exerce atividades profissionais na Eletrobras desde março de 2004, sendo que, atualmente, desde janeiro 2010 ocupa o cargo de Gerente do Departamento de Controladoria na Diretoria Financeira, tendo como principais atribuições a coordenação dos processos de programação, reprogramação, remanejamento, acompanhamento e consolidação do orçamento das empresas do grupo Eletrobras – Programa de Dispêndios Globais – PDG.

Eduardo da Costa Ramos. Brasileiro, nascido em 25 de julho de 1980. Contador formado pela Faculdade Moraes Junior em 2001, é Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2005. Possui MBA – The Minerva Program pela GWU/USA em 2015. Atualmente ocupa a posição de Gerente da Divisão de Administração Tributária da Eletrobras desde dezembro 2013, sendo que

anteriormente ocupou a posição de Gerente de Contabilidade e Orçamento na empresa Eletrobras Participações – Eletropar, no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2013. Sua experiência profissional tem ênfase principalmente nos temas de Evidenciação Contábil, Contabilidade Internacional e Governança Corporativa.

Todos os membros indicados para o Conselho Fiscal declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 (cinco) anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal e/ou nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

5. Definir o número de membros do Conselho de Administração e eleger os seus Membros

Nos termos do artigo 17 do estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de até 10 (dez) membros acionistas ou não, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral. O artigo 18 prevê que o órgão terá mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Assim, propõe-se o número de 8 (oito) membros para a composição do Conselho de Administração da Companhia, contemplando a reeleição dos 8 (oito) membros atuais, incluindo o representante dos empregados eleito em separado conforme previsto no estatuto social da Companhia, com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2020.

Nome (a)	Data de nascimento (b)	Profissão (c)	CPF (d)	Cargo Eletivo Ocupado (e)	Data da Eleição (f)	Data da Posse (f)	Prazo do Mandato (h)	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia (i)	Indicado pelo Controlador (j)	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência (k)	Número de mandatos consecutivos (l)
Conselho de Administração											
Bernardo Vargas Gibsone	12/03/59	Economista	Doc identidade Colômbia 19.360.232	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Sim	Não	7
Fernando Augusto Rojas Pinto	13/02/55	Engenheiro	232.512.958-61	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Sim	Não	13
César Augusto Ramirez Rojas	30/07/56	Engenheiro	Doc identidade Colômbia 4.344.455	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Sim	Não	7
José Andrés Romero Tarazona	16/08/76	Advogado	Doc identidade Colômbia 91.491.182	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Sim	Não	1
Ana Milena López Rocha	24/01/81	Economista	Doc. Identidade Colômbia 52.410.477	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Sim	Não	1

Nome (a)	Data de nascimento (b)	Profissão (c)	CPF (d)	Cargo Eletivo Ocupado (e)	Data da Eleição (f)	Data da Posse (f)	Prazo do Mandato (h)	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia (i)	Indicado pelo Controlador (j)	Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência (k)	Número de mandatos consecutivos (l)
Conselho de Administração											
Gustavo Carlos Marin Garat	10/01/58	Contabilista	217.208.458-16	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Sim	Sim	3
Marcos Simas Parentoni	31/05/55	Engenheiro	540.884.887-68	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 14/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Não	Sim	1
Orivaldo Luiz Pellegrino	09/11/65	Engenheiro	082.166.248-16	Membro do Conselho de Administração	04/04/19	Até 17/04/19	AGO/2020	Não se aplica	Não	Não	1

Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro conselho administração no último exercício social, a Companhia informa a participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão, conforme abaixo:

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Bernardo Vargas Gibsone	13	100%
Fernando Augusto Rojas Pinto	13	100%
César Augusto Ramírez Rojas	13	100%
José Andrés Romero Tarazona	7	85%
Ana Milena López Rocha	13	100%
Gustavo Carlos Marin Garat	13	100%
Marcos Simas Parentoni	13	100%
Orivaldo Luiz Pellegrino	13	100%

A acionista ISA Capital do Brasil S.A., na qualidade de detentora da maioria do capital com direito a voto, indica para compor o Conselho de Administração da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária de 2020:

Bernardo Vargas Gibsone. Colombiano, nascido em 12 de março de 1959. Economista formado em 1982 pela Universidade de Los Andes, Mestrado em Economia pela Universidade de Los Antes em 1985 e com MBA com ênfases em finanças, economia empresarial, internacional, cursos de doutorado em economia, micro e macro economia pela Columbia Business School em Nova York – 1986 a 1988. Como sócio fundador da Nogal Assessorias Financeiras, banco de investimentos especializado em fusões e aquisições, finanças corporativas e serviços de consultoria e obtenção de recursos, participou de diversas transações importantes. Desde 2015, é Presidente da Interconexion Electrica S.A.E.S.P. Colômbia. De 2001 a 2015 foi sócio da empresa Nogal Assessorias Financeiras, banco de investimentos independente, operando na Colômbia e na América Latina. Durante sua trajetória prestou mais de 100 consultorias em vários segmentos da economia, tais como: mineração, petróleo e gás, indústria, energia, comércio e consumo, serviços financeiros, agronegócios, embalagem, imobiliário e de construção e produtos farmacêuticos. Presidente de ING Barings, que atua no setor bancário, na Colômbia, Diretor da região Andina, foi nomeado Presidente e CEO para as operações unificadas da Barings e ING Colômbia. Liderou a equipe de análises de ações na Colômbia para 1995, 1996 e 1997. Em M&A, o Sr. Vargas participou de transações para um número importante de clientes corporativos relevantes na Colômbia, região e para o governo da Colômbia. Foi Presidente fundador de Proexport Colômbia, organização nacional para promoção de exportações, presidente fundador da Fiducoldex, agência do Governo colombiano que atua como agente fiduciário para o comércio exterior e assessor do Ministro de Comercio Exterior. Desde de 2015, é CEO da da Interconexión Electrica S.A. (ISA), holding controladora da Companhia. Membro do Conselho de Administração das seguintes Companhias: ISA Capital do Brasil S.A., ISA Peru, Amarilo, Spectrum (Guatemala), Dynamo Producciones, Lumni Colômbia, Best Buddies, Fundación Neme, Fundación San Mateo Apostol, Hospital Infantil Universitario de San José.

Fernando Augusto Rojas Pinto. Colombiano, nascido em 13 de fevereiro de 1955. Engenheiro eletricista formado pela Universidade Nacional de Colômbia em 1978, com mestrado em Análise de Sistemas Elétricos de Potência pela Universidade de Manchester em 1983, e Especialização em Finanças pela Universidad EAFIT - Medellin

em 1995 e pela FGV - São Paulo em 2008. Admitido em 1979 na ISA como engenheiro de operação do sistema interligado e depois ocupou diversas posições técnicas e administrativas. Entre janeiro de 2005 e janeiro de 2007 ocupou o cargo de Gerente da Região Sul-Americana, da Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P, empresa colombiana do setor de energia elétrica. Desde 2007, é Diretor Presidente da ISA Capital do Brasil S.A., holding controladora da Companhia e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, desde 2013, membro do Conselho de Administração da Internexa Participações, holding pertencente ao Grupo ISA.

Cesar Augusto Ramirez Rojas. Colombiano, nascido em 30 de julho de 1956. Engenheiro eletricista formado pela Universidade Nacional de Colômbia, com Especialização em Gerencia de la Calidad pela Universidad EAFIT e Máster of Science em Investigación Operacional pela Universidad de Strathclyde, Escócia - UK em 1987. Foi Gerente de estratégia Corporativa na ISA – Interconexión Eléctrica S.A.E.S.P., onde coordenou as atividades estratégicas em termos e posicionamento, crescimento e novos negócios. Foi Diretor Presidente da Companhia de 2009 a novembro de 2013. Desde novembro de 2013, é Vice-Presidente Técnico Transporte de Energía e responsável pelas áreas Corporativas de Proyectos, Operaciones, Ingeniería y Aprovisionamento da Interconexión Electrica S.A. (ISA), holding controladora da Companhia. Atualmente, é também membro do Conselho de Administração da Companhia, Transelca S.A.E.S.P., transmissora de energia, Intercolombia S.A.E.S.P., Red de Energía del Peru S.A, Consorcio Transmantaro S.A., ISA Perú S.A., Interchile S.A., Isa Capital do Brasil S.A. e Interconexión Eléctrica Colombia-Panamá, S.A., empesa binacional construtora e operadora da conexão de rede elétrica entre Panamá e Colômbia.

José Andrés Romero Tarazona. Colombiano, nascido em 16 de agosto de 1976. Advogado formado pela Pontifícia Universidade Javeriana (Colômbia), com especialidade em Estudos Políticos, Econômicos e Sociais pela Universidade de Notre Dame (EUA), LL.M em Tributação Americana e Internacional pela Universidade de Nova York (EUA) e Administração de Negócios - ECLA pela Universidade de Colúmbia (EUA) – em curso. Atuou: (i) no Centro de Negócios da Colômbia e América Latina da Ernst & Young LLC, entre 2005 e 2006; (ii) como Gerente Sênior de Core Tax da Ernst & Young Ltda., Bogotá de 2002 a 2008; (iii) Sócio do escritório Brigard & Urrutia Abogados S.A.A de 2008 a agosto de 2018. Atualmente ocupa, desde agosto de 2018, a função de Diretor Geral da Direção de Impostos e Aduanas Nacionais – DIAN do Governo da Colômbia.

Ana Milena López Rocha. Economista da Harvard University, Possui MBA em Finanças pela Columbia Business School e tem uma vasta experiência no mercado de capitais. Atuou como Vice-Presidente de Mercados Emergentes da J.P Morgan em Londres e como Analista e Associado para a América Latina do mesmo banco de investimentos em Nova York. López Rocha faz parte da equipe de trabalho das Sociedades Bolívar S.A., e NewFoundland Capital Management e assessora da Fiduciaria Alianza. Foi responsável pela sub-direção do Financiamento de Entidades, Monitoramento, Saneamento e Carteira;pela sub-diretoria de Financiamento Externo da Nação, pela sub-diretoria de Risco e a das Organizações Multilaterais e do Governo. Liderou as dependências de financiamento interno da Colômbia o Banco de Investimento, Tesouraria, Operações e Relações com Investidores. Atualmente ocupa funções na empresa Cenit Transporte e Logística de Hidrocarburos S.A.

Gustavo Carlos Marin Garat. Uruguaio, nascido em 10 de janeiro de 1958. Formado em economia. Gustavo Marin é Vice-presidente executivo da First Data Corporation (FDC), que atua em sistemas de pagamentos e presidente do comitê de administração na América Latina (desde fevereiro de 2015). O Sr. Marin é membro do conselho do Santander Asset Management UK (SAM UK), Companhia controladora do SAM Group, controlado pelo Grupo Banco Santander e patrocinadores financeiros

como Warburg Pincus e General Atlantic. Além disso, é presidente do comitê de auditoria da SAM UK. O Sr. Marin foi Presidente do Citibank, empresa do setor bancário, no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai até julho de 2012. Foi nomeado CEO do Citibank no Brasil em 2001, responsável por todos os segmentos de negócios no país. Foi convidado pelo governo brasileiro para ser membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), corpo consultivo da Presidência da República durante o primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2002 – 2006). É também membro do Conselho de Administração da Companhia.

A acionista Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S/A., na qualidade de detentora de ações preferenciais, e em votação em separado, indica para compor o Conselho de Administração da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária de 2020:

Marcos Simas Parentoni. Brasileiro, nascido em 31/05/1955. Engenheiro eletricista formado pela Universidade Federal do RJ, com especialização em Sistema de Potência pela PUC-RJ, especialização em transmissão em corrente continua pela Universidade Federal de Itajubá, bem como MBA Executivo pela COPPEAD. Trabalhou na GE Brasil, que atua no setor de máquinas industriais, na engenharia de campo de 1979 a 1980. Ingressou na Eletrobras em 1980, tendo exercido vários cargos de liderança, incluindo o de Superintendente de Planejamento e Operação da Diretoria de Transmissão da Eletrobrás a partir de 2010. Em 2016 assumiu o cargo de Coordenador Geral da Diretoria de Transmissão. Foi Conselheiro de Administração da Interligação Elétrica Madeira S.A., entre 2010 e 2011, bem como Presidente do Conselho de Administração da CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá, entre 2013 e 2014. É também membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

O representante dos empregados foi eleito em votação em separado e está sendo indicado para representar os empregados no Conselho de Administração:

Orivaldo Luiz Pellegrino. Brasileiro, nascido em 09 de novembro de 1965. Engenheiro Eletricista pela Universidade Paulista em 2014, Engenheiro de Segurança do Trabalho pela Universidade Candido Mendes em 2016, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru em 1995, Advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - seção São Paulo, pós-graduado em Direito Previdenciário pela Universidade Candido Mendes em 2017, Tecnólogo Mecânico pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp em 1989, cursando MBA em Gestão Financeira e Controladoria. É Conselheiro Deliberativo na Fundação CESP desde abril de 2009. Foi Conselheiro de Administração da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários das Empresas de Energia Elétrica do Estado de São Paulo de março de 2000 a julho de 2011 (três mandatos) e Conselheiro Fiscal de março de 1999 a março de 2000. Ingressou na Companhia em 1986 e atualmente está lotado no Centro de Manutenções Especiais, onde exerce o cargo Técnico Sênior de Desenvolvimento.

Todos os membros indicados para o Conselho de Administração declaram, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 (cinco) anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de nenhuma condenação criminal e/ou nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

6. Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia

Propõe-se à Assembleia Geral a aprovação da remuneração global para o período de abril /2019 a março/2020 dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia em até R$ 11.047.600,00, dos quais R$ 1.200.000,00 destinam-se aos honorários do Conselho de Administração e R$ 9.847.600,00 à remuneração da Diretoria Estatutária.

A remuneração da Diretoria Estatutária proposta para deliberação da Assembleia é uma estimativa que considera o montante máximo que pode vir a ser pago aos Administradores.

A remuneração apresentada na proposta de 2018 foi de até R$ 10.002.966,68 dos quais R$ 960.000,00 para o Conselho de Administração e R$ 9.042.966,68 para a Diretoria Estatutária. Em relação a estes valores, foi efetivamente realizado pela Companhia no exercício de 2018 o valor de R$ 926.333,33 relativos ao Conselho de Administração e R$ 8.309.795,68 relativos à Diretoria Estatutária.

A diferença da remuneração da Diretoria Estatutária, entre os valores apresentados na Proposta de Administração da AGO de 12/04/18 e os valores realizados, deve-se ao fato de os honorários terem sido reajustados somente pela inflação, sem aumentos por ganho real.

7. Fixar o montante global da remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal

Propõe-se à Assembleia Geral a aprovação da remuneração global para o período de abril/2019 a março/2020 dos membros efetivos do Conselho Fiscal em até R$ 480.000,00, adicionalmente ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

A remuneração apresentada na proposta de 2018 foi de até R$ 480.000,00. Em relação a estes valores, foi efetivamente realizado pela Companhia no exercício de 2018 o valor de R$ 480.000,00.

8. Aprovar o desdobramento da totalidade das 164.720.826 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da companhia, sendo 64.484.433 ordinárias e 100.236.393 preferenciais, na proporção de 1 ação ordinária para 4 ações ordinárias e 1 ação preferencial para 4 ações preferenciais, incluindo as ADRs, com a consequente alteração do artigo 4º do estatuto social.

Propõe-se aprovar o desdobramento da totalidade das 164.720.826 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo 64.484.433 ordinárias e 100.236.393 preferenciais, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial para 4 (quatro) ações preferenciais, incluindo as ADRs.

O valor do capital social permanecerá sendo R$ 3.590.020.426,94, porém passará a ser dividido em 658.883.304 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo 257.937.732 ordinárias e 400.945.572 preferenciais. Em vista do acima exposto, para cada ação detida, cada acionista da Companhia receberá outras 3 (três) novas ações da mesma espécie.

Terão direito ao recebimento das novas ações advindas do desdobramento somente os acionistas registrados como tais em 04 de abril de 2019, sendo que as ações da Companhia passarão a ser negociadas sem direito ao desdobramento (ex-desdobramento) no dia 05 de abril de 2019 e o crédito das ações oriundas do desdobramento na conta mantida por cada acionista junto ao agente escriturador ocorrerá no dia 10 de abril de 2019. As ações advindas do desdobramento participarão de dividendos e eventuais remunerações de capital que vierem a ser distribuídos pela Companhia a partir do dia 04 de abril de 2019.

Simultaneamente a esta operação, e na mesma proporção, os valores mobiliários da Companhia negociados no mercado americano (ADR – American Depositary Receipt) também serão desdobrados, de modo que os investidores receberão 3 (três) novas ADRs para cada 1 (uma) ADR de que forem titulares na data-base. Os ADRs existentes continuarão a ser válidos e não será necessária a troca dos ADRs existentes por novos. Sendo assim, os ADRs continuarão a ser negociados na proporção de 1 (uma) ação para 1 (uma) ADR.

Serão mantidos os direitos estatutariamente garantidos às ações, sendo que as ações advindas do desdobramento terão os mesmos direitos das ações desdobradas.

A realização da operação de desdobramento das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia tem por objetivo adequar o valor de negociação de referidas ações a patamar praticado pelo mercado e se justifica por melhorar o posicionamento das ações da Companhia no índice de negociabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Assim, pretende-se aumentar a liquidez das ações.

Se aprovado o desdobramento de ações proposto, consequentemente o artigo 4° do estatuto social passará a ter a seguinte redação:

Redação Atual	Redação Proposta	Origem e Justificativa	Efeitos Econômicos e Jurídicos
ARTIGO 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.590.020.426,94 (três bilhões, quinhentos e noventa milhões, vinte mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), dividido em 164.720.826 (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte mil, oitocentos e vinte e seis) ações, sendo 64.484.433 (sessenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentas e trinta e três) ordinárias e 100.236.393 (cem milhões, duzentos e trinta e seis mil e trezentos e noventa e três) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	**ARTIGO 4º** - O capital social subscrito e integralizado é de 3.590.020.426,94 (três bilhões, quinhentos e noventa milhões, vinte mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), dividido em 658.883.304 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, oitocentas e oitenta e três mil, trezentas e quatro ações, sendo 257.937.732 (duzentos e cinquenta e sete milhões, novecentas e trinta e sete mil, setecentas e trinta e duas) ações ordinárias e 400.945.572 (quatrocentos milhões, novecentas e quarenta e cinco mil, quinhentas e setenta e duas) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	O desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de 1:4, tem origem na necessidade de adequar o valor de negociação de referidas ações a patamar praticado pelo mercado e se justifica por melhorar o posicionamento das ações da Companhia no índice de negociabilidade da Bolsa de Valores de São Paulo – B3. Pretende-se aumentar a liquidez das ações.	Além do exposto na coluna ao lado, não há efeitos econômicos decorrentes da alteração ora proposta. Tampouco há efeitos jurídicos, tendo em vista que o desdobramento será feito em observância à regulamentação aplicável, sendo mantidos todos os direitos atribuídos às ações e sem que haja qualquer prejuízo aos acionistas.

9. <u>Aprovar a alteração dos parágrafos 1º e 2º do artigo 28 e exclusão do artigo 44 do estatuto social</u>

Propõe-se a (i) alteração dos §§1º e 2º do artigo 28, para modificação da forma de representação da Companhia; e (ii) exclusão do artigo 44, tendo em vista o decurso do prazo constante no dispositivo, tudo conforme descrição e justificativas constantes do "Quadro Comparativo – Proposta e Justificativa", de maneira a refletir referidas alterações.

Redação Atual	Redação Proposta	Origem e Justificativa	Efeitos Econômicos e Jurídicos
Artigo 28. Caberá ao Presidente da sociedade, ressalvadas as competências legais e estatutárias, a representação judicial e extrajudicial da sociedade.	Sem alterações	N/A	N/A
Parágrafo 1º - A sociedade será sempre representada em atos que envolvam responsabilidade financeira da sociedade ou exonerem terceiros de responsabilidade, (i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, (ii) pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, (iii) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, observando-se as alçadas de competências aprovadas e delegadas pela Diretoria em instrumento de mandato, e (iv) pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor, desde que expressamente e especificamente autorizado pelo Conselho de Administração para assinatura de determinados documentos, nos termos da ata da Reunião do Conselho de Administração.	**Parágrafo 1º** - A Companhia poderá ainda ser representada: (i) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; (ii)pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, devidamente constituído; (iii) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos; (iv) pela assinatura isolada de 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituídos. (v) por qualquer dos Diretores, isoladamente, para representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente, bem como para a prática de atos ordinários perante órgãos públicos.	A proposta visa adequar o estatuto social às práticas mais eficientes e juridicamente seguras de representação da Companhia.	Não há efeitos econômicos ou jurídicos decorrentes da alteração ora proposta.
Parágrafo 2º - Todas as procurações serão outorgadas pelo Presidente em conjunto com qualquer outro Diretor, mediante	**Parágrafo 2º** - Todas as procurações serão outorgadas por quaisquer 2 (dois) Diretores, mediante mandato com poderes específicos e prazo	idem	idem

mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações "ad judicia", caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a sociedade em juízo ou perante repartições públicas em atos ordinários da sociedade.	determinado, exceto nos casos de procurações "ad judicia", caso em que o mandato poderá ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular. No caso do item (iv) acima, a procuração deverá ser outorgada necessariamente pelo Presidente, em conjunto com outro Diretor.		
ARTIGO 44 – Caso, até 18 de dezembro de 2018, venham a ser aprovadas, em Assembleia Geral, matérias que possibilitem o exercício do direito de retirada por acionistas dissidentes, o cálculo do reembolso a ser pago pela Companhia e o respectivo pagamento serão feitos conforme previsto no Estatuto Social da Companhia vigente até a assembleia geral de 18 de dezembro de 2017.	EXCLUSÃO DO ARTIGO 44	O artigo 44 foi incluído no estatuto social na assembleia geral de 18 de dezembro de 2017 e, tendo em vista o decurso do prazo constante neste dispositivo (12 de dezembro de 2018), não há mais necessidade de constar o mesmo no estatuto social. Ressalte-se no período mencionado não houve aprovação de matérias que possibilitaram o exercício do direito de retirada por acionistas dissidentes.	Não há efeitos econômicos ou jurídicos decorrentes da alteração ora proposta.

10. ANEXO A - ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Boards – IASB ("IASB").

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.
Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente.

10.1 - OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

Os Diretores apresentam abaixo informações sobre o Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e Endividamento da Companhia relativo aos exercícios sociais já findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018:

	Em 31 de dezembro de					
Em R$ mil, exceto %	2018		2017		2016	
Patrimônio Líquido	11.299.525		11.199.656		10.297.123	
Lucro líquido	1.895.245		1.385.460		4.949.334	
Dívida bruta[1]	3.014.967		1.942.988		1.010.450	
Dívida líquida[2]	2.317.318		1.326.337		669.788	
Índice de dívida[3]	20,5%		11,8%		6,5%	

[1] A dívida bruta corresponde aos empréstimos, financiamentos e debentures (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecidap elas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[2] A dívida líquida corresponde aos empréstimos, financiamentos e debentures (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[3] Índice de dívida corresponde a dívida líquida dividido pelo patrimônio líquido

Composição da Dívida bruta

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou uma dívida bruta consolidada (soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante) de R$3.015,0 milhões, sendo que: (i) o montante de R$1.549,8 milhões, que representa 51,4% do total da dívida bruta consolidada, estava vinculado a contratos de empréstimo junto ao BNDES, contratos BNB e empréstimos em moedas estrangeiras; (ii) o montante de R$0,5 milhões refere-se aos arrendamentos mercantis; e (iii) o saldo de R$1.465,2 milhões, representando 48,6% do total da dívida bruta consolidada, refere-se a emissões de debêntures e outros (Eletrobrás) de R$ 0,07 milhões. Os Diretores informam, ainda, que a dívida líquida consolidada (total da dívida bruta consolidada menos caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras) foi de R$2.317,3 milhões e o índice de dívida (total da dívida líquida dividido pelo patrimônio líquido consolidado) atingiu 20,5%.

b. Estrutura de capital

	Consolidado		
	Em 31 de dezembro de		
Em R$ Mil, exceto %	**2018**	**2017**	**2016**
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	60,9%	64,9%	68,3%
Capital de Terceiros (Passivo Total – Passivo Circulante e Não Circulante)	39,1%	35,1%	31,7%
Passivo Total (Passivo Circulante e Não Circulante)	7.242.699	6.052.517	4.769.876
Patrimônio líquido	11.299.525	11.199.656	10.297.123

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o EBITDA conforme ICVM 527/12 totalizou R$2.470,6 milhões, um aumento de R$411,1 milhões comparado ao EBITDA de R$2.059,5 milhões registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem EBITDA em 31 de dezembro de 2018 foi de 77,6%.

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o EBITDA conforme ICVM 527/12 totalizou R$2.059,5 milhões, uma redução de R$5.345,3 milhões comparado ao EBITDA de R$7.404,8 milhões registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. A margem EBITDA em 31 de dezembro de 2017 foi de 76,2%.

Os Diretores da Companhia informam que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o EBITDA conforme ICVM 527/12 totalizou R$ 7.404,8 milhões, um aumento de R$ 6.729,0 milhões comparado ao EBITDA de R$ 675,8 milhões registrado em 31 de dezembro de 2015. A margem EBITDA em 31 de dezembro de 2016 foi de 95,1%.

Os Diretores da Companhia informam que a dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)) em 31 de dezembro de

2018 totalizava em R$3.015,0 milhões, o qual teve um aumento de 55,2% em relação ao final de 2017, quando era equivalente a R$1.943,0 milhões. Os Diretores da Companhia explicam que a variação deve-se, principalmente, por: (i) emissão, em maio de 2018, de 621.000 debêntures de infraestrutura, no montante total de R$621,0 milhões; assinatura dos contratos de empréstimos nos termos da Lei 4131 (ii) em julho de 2018 com o MUFG Bank, no montante de USD75,0 milhões, em R$293,9 milhões; (iii) em agosto de 2018 com o Citibank, no montante de USD75,0 milhões em R$292,0 milhões; e (iv) em novembro de 2018 com o Citibank, no montante de USD60,0 milhões em R$233,0 milhões; (v) empréstimos da controlada IESUL (controlada adquirida 100% em setembro de 2018) no montante de R$20,0 milhões com o BNDES; compensados em parte por (vi) pagamento de empréstimo no montante R$283,5 milhões e de debentures em R$170,0 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que a dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)) em 31 de dezembro de 2017 totalizava em R$1.943,0 milhões, o qual teve um aumento de 92,3% em relação ao final de 2016, quando era equivalente a R$1.010,5 milhões. Os Diretores da Companhia explicam que a variação deve-se, principalmente, por: (i) emissão, em março de 2017, de 300.000 debêntures de infraestrutura, no montante total de R$300,0 milhões; (ii) assinatura, em agosto de 2017, do contrato de empréstimo com o BNDES, no montante de R$272,5 milhões; e (iii) emissão, em dezembro de 2017, de 350.000 debêntures em série única, no montante total de R$350,0 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que a dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debentures (circulante e não circulante)) em 31 de dezembro de 2016 totalizava em R$1.010,5 milhões, no qual teve uma redução de 7,9% em relação ao final de 2015, quando totalizado em R$1.096,7 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que a variação deve-se principalmente, pela emissão, em agosto de 2016, de 148.270 debêntures de infraestrutura, no montante total de R$148,3 milhões e amortização do período.

Os Diretores da Companhia informam que o caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras da Companhia consolidada somavam no montante de R$697,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, tendo um aumento de 13,1% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2017, quando atingiu R$616,7 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizando em R$2.317,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, apresentando aumento de 74,7% comparado com o montante de R$1.326,3 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia informam que o caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras da Companhia consolidada somavam no montante de R$616,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, tendo um aumento de 81,0% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2016, quando atingiu R$340,7 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizando em R$1.326,3 milhões, em 31 de dezembro de 2017, apresentando aumento de 98,0% comparado com o montante de R$669,8 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia informam que o caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras da Companhia consolidada somavam no montante de R$340,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, tendo uma redução de 23,7% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2015 quando atingiu R$446,2 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizando em R$669,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016, apresentando aumento de 3,0% comparado com o montante de R$650,5 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Os Diretores da Companhia informam que os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pelas emissões de

debêntures, pelos contratos de financiamentos com o BNDES e pelos contratos de empréstimos nos termos da Lei 4131:

1. Lei 4131: os indicadores financeiros estabelecidos nos contratos são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ≤ 3,5 e EBITDA Ajustado/Despesa com juros líquido ≥ 2,0.
2. Quarta Emissão de Debêntures: os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Debêntures de Infraestrutura ≤ 3,5 e EBITDA Ajustado Debêntures de Infraestrutura/Resultado financeiro ≥ 1,5 até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, ≥ 2,00.
3. Quinta Emissão de Debêntures: os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado≤ 3,5 e EBITDA Ajustado /Resultado financeiro ≥ 2,0.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

4. Contratos de financiamento do BNDES:

Os contratos apresentam para o ano de 2018 os seguintes indicadores financeiros máximos, com periodicidade de apuração anual: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,6. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

Indicador	2015	2015	2016	2017	2018 em diante
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES	6,0	5,0	4,5	3,5	3,0

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos recentes não possuem *covenants*.

Em 31 de dezembro de 2018, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (*covenants*).

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, bem como os projetos em implantação, a Diretoria da Companhia acredita que a CTEEP possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do seu objeto social. Caso entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Diretoria acredita que a Companhia possui capacidade para contratá-los atualmente.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os Diretores informam que para financiar nosso capital de giro e nossos investimentos em ativos não circulantes ("CAPEX"), a Companhia e suas controladas utilizam-se do caixa gerado por suas atividades, bem como de empréstimos e financiamentos contraídos junto às instituições financeiras e ao mercado de capitais, através dos instrumentos de notas promissórias, debêntures simples e incentivadas.

Os Diretores da Companhia informam que para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, dentre os contratos de financiamento, destacam-

se principalmente: BNDES, Empréstimos Externos (Lei 4131) e Mercado de Capitais com instrumento de debêntures simples e incentivadas, além de outros instrumentos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores informam que a principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, através do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. A remuneração dessas operações corresponde a RAP (Receita Anual Permitida), determinada pela ANEEL, nos termos da legislação vigente. Dessa forma, os Diretores da Companhia entendem que não há riscos ou deficiências de liquidez. Adicionalmente, os Diretores informam que a Companhia passou a receber os valores dos ativos não depreciados provenientes do contrato de concessão 059/2001 que foram energizados até maio de 2000 (RBSE) a partir de agosto de 2017.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas à companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)) era de R$ 1.010,5 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, 49,85% referem-se a empréstimos contratados junto ao BNDES, 50,11% equivalem a Mercado de Capitais (Debêntures), e o restante 0,05% provém de arrendamento mercantil e Eletrobrás.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)) era de R$1.943,0 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, 30,69% referem-se a empréstimos contratados junto ao BNDES, 50,64% equivalem a Mercado de Capitais (Debêntures), 9,40% equivalem a empréstimos com o Banco do Nordeste, 8,54% equivalem a empréstimos estrangeiros (Lei 4.131) e o restante, de 0,72%, provém de arrendamento mercantil, FINAMEs, Eletrobrás e conta garantida. Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta consolidada (empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) era de R$ 3.014,50 milhões. Do total da dívida bruta consolidada, 18,46% referem-se a empréstimos contratados junto ao BNDES, 48,61% equivalem a Mercado de Capitais (Debêntures), 5,70% equivalem a empréstimos com o Banco do Nordeste, 27,17% equivalem a empréstimos estrangeiros (Lei 4.131) e o restante, de 0,07%, provém de Eletrobrás e Santander.

Empréstimos e financiamentos (em milhares de R$)

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

Contrato	Empresa	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
BNDES														
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	284.136	23.12.2013	TJLP + 1,80% a.a.	9,90%	15.03.2029	Plano de Investimentos Plurianual 2012 - 2015	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Fiança bancária	Dívida líquida/ EBITDA ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,6	196.700	214.231	196.700	214.231
		105.231		3,50% a.a.	3,80%	15.01.2024					51.830	61.926	51.830	61.926
		1.940		TJLP	7,60%	15.03.2029					24	9	24	9
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	272.521	08.08.2017	TJLP + 2,62%a.a.	5,60%	15.03.2032	Plano de Investimentos Plurianual 2016-2019	Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018	Cessão Fiduciária	Dívida líquida/ EBITDA Ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida Líquida + PL < 0,6	150.987	155.607	150.987	155.607
Contrato 13.2.0650.1	Pinheiros	23.498	13.08.2013	TJLP + 2,06% a.a.	8,90%	15.02.2028	Financiar os Projetos dos Lotes E, H e K do Leilão 004/2008	Principal e Juros168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	5.015	5.526
				3,50% a.a.	3,80%	15.04.2023					-	-	7.847	9.660
Contrato 10.2.2034.1	Pinheiros	119.886	30.12.2010	TJLP + 2,62% a.a.	9,40%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	27.020	30.589
				5,50% a.a.	5,80%	15.01.2021					-	-	20.935	30.993
Contrato 11.2.0842.1	Serra do Japi	93.373	28.10.2011	TJLP + 1,95% a.a.	8,60%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 001/2009	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012	-	ICSD de no mínimo 1,2 apurado anual	-	-	28.531	32.142
				TJLP + 1,55% a.a.	8,30%	15.05.2026					-	-	24.655	27.776

(*) Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. (**) Os efeitos das contratações de instrumentos financeiros de Swap para os contratos de moeda estrangeira 4131 estão descritos nas Demonstrações Financeiras (nota 31).

											Controladora		Consolidado	
Contrato	Empresa	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	2018	2017	2018	2017
Contrato 08.2.0770.1	IEMG	70.578	14.01.2009	TJLP + 2,39% a.a.	9,00%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote D do Leilão 005/2006	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	22.821	27.908
				5,5% a.a.	5,50%	15.01.2021	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	2.334	-
Contrato 10.2.1883.1	IESUL	18.166	21.12.2010	TJLP + 2,58% a.a.	5,50%	15.05.2025					-	-	4.884	-
				3,0% a.a.	3,00%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	5.170	-
Contrato 13.2.0422.1	IESUL	28.200	28.06.2013	TJLP + 2,58% a.a.	8,80%	15.02.2028					-	-	7.572	-
Finame PSI		-	-	4,0% a.a.	4,10%	15.08.2018	Financiamento de máquinas e equipamentos	Pagamento de Principal e Juros em 54 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2014	-	-	-	51	-	51
Finame PSI	CTEEP	10.346	04.11.2014	6,0% a.a.	6,00%	18.11.2019		Pagamento de Principal e Juros em 54 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2015	-	-	2.113	4.418	2.113	4.418

											Controladora		Consolidado	
Contrato	Empresa	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	2018	2017	2018	2017
Eletrobras	CTEEP	-	-	8,0% a.a.	8,00%	15.11.2021	-	-	-	-	69	111	69	111
BNB	IENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00%	19.05.2030	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	-	-	171.679	182.674
Conta Garantida		20.000	23.07.2012	CDI + 0,56% a.m.	20,13%	16.01.2018	-	Juros mensais	-	-	-	-	-	9.348
Arrendamen-tos mercantis financeiros	CTEEP	887	30.09.2016	8,86% a.m.	-	31.12.2020	Aquisição de veículos	Pagamento de principal e juros em 36 parcelas mensais a partir de 30 de setembro de 2016	-	-				
											512	134	512	134
Total em moeda nacional											**402.235**	**436.487**	**730.698**	**793.103**

Contrato	Empre-sa	Valor da captação	Data início	Encargos	Taxa Interna de Retorno - TIR a.a.	Data Final	Indicador financeiro	Forma de Pagamento	Controladora		Consolidado	
									2018	2017	2018	2017
Lei 4131(**)												
MFUG	CTEEP	USD 50.000	13.07.2017	Variação Cambial + *Libor*3M + 0,28% a.a. + IR (*Swap* para 101,40% CDI)	6,50%	17.07.2018	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,5 e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquido ≥ 2,0	Juros Trimestrais e Principal no final	-	166.026	-	166.026
MUFG	CTEEP	USD 75.000	20.07.2018	Variação Cambial + 3,3415% a.a. + IR (*Swap* para 102,3% CDI)	6,62%	20.07.2020	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,5 e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquido ≥ 2,0	Juros Trimestrais e Principal no final	293.902	-	293.902	-
CITI	CTEEP	USD 75.000	24.08.2018	Variação Cambial + *Libor* 3M + 0,47% a.a. + IR (*Swap* para 102,3% CDI)	6,65%	24.08.2020	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,5 e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquido ≥ 2,0	Juros Trimestrais e Principal no final	292.027	-	292.027	-
CITI	CTEEP	USD 60.000	08.11.2018	Variação Cambial + *Libor* 3M + 0,25% a.a. + IR (*Swap* para 102,5% CDI)	6,63%	08.11.2019	Dívida Líquida/EBITDA Ajustado < 3,5 e EBITDA Ajustado/Despesa com Juros Líquido ≥ 2,0	Juros Trimestrais e Principal no final	233.129	-	233.129	-
Total em moeda estrangeira									**819.058**	**166.026**	**819.058**	**166.026**
Total em moeda nacional e estrangeira									**1.221.293**	**602.513**	**1.549.756**	**959.129**
Circulante									**280.729**	**209.511**	**334.067**	**268.588**
Não circulante									**940.564**	**393.002**	**1.215.689**	**690.541**

(*) Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.
(**) Os efeitos das contratações de instrumentos financeiros de Swap para os contratos de moeda estrangeira 4131 estão descritos na nota 31.

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:
(em milhares de R$)

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 31.12.2018	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IEMG	100%	BNDES	FINEM	22.821	Penhor de Ações	22.821	15.04.2023
Serra do Japi	100%	BNDES	FINEM	53.186	Penhor de Ações	53.186	15.05.2026
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	12.862	Penhor de Ações	12.862	15.02.2028
Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	47.955	Penhor de Ações	47.955	15.05.2026
IENNE	100%	Banco do Nordeste	FNE	171.679	Penhor de Ações/Corporativa	171.679	19.05.2030
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	7.218	Penhor de Ações	7.218	15.05.2025
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	12.742	Penhor de Ações	12.742	15.02.2028
IEMadeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	299.781	Penhor de Ações Fiança bancária	152.888	10.07.2032 30.08.2019
IEMadeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	1.248.694	Penhor de Ações Fiança bancária	637.344	15.02.2030 31.08.2019
IEMadeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	499.870	Penhor de Ações/Corporativa	254.934	18.03.2025
IEGaranhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	251.922	Penhor de Ações	128.480	15.12.2028

Além das garantias supracitadas, os contratos de financiamento entre as controladas e controladas em conjunto com os Bancos de Fomento (BNDES/BASA/BNB) exigem a constituição e manutenção de conta de reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três a seis vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica caixa restrito no Balanço Patrimonial da Controladora R$6.584 e no Consolidado o montante de R$37.495.

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), bem como cláusulas de *"cross default"* que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2018, inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), da controladora, controladas e controladas em conjunto.

Debêntures

					Controladora e consolidado	
	Vencimento	Quantidade	Encargos	TIR a.a.	2018	2017
Série única (i)	26.12.2018	50.000	116,0% do CDI a.a.	9,9%	-	169.441
Série única (ii)	15.07.2021	148.270	IPCA + 6,04%	10,0%	162.328	155.185
Série única (iii)	15.02.2024	300.000	IPCA + 5,04%	9,1%	325.049	309.119
Série única (iv)	13.12.2020	350.000	105,65% do CDI a.a.	8,0%	350.330	350.114
Série única (v)	15.04.2025	621.000	IPCA+ 4,70%	8,9%	627.504	-
					1.465.211	**983.859**
Circulante					**23.707**	**182.852**
Não circulante					**1.441.504**	**801.007**

(i) Em dezembro de 2013, a Companhia emitiu 50.000 debêntures em série única, no montante total de R$500.000. Os vencimentos das debêntures ocorreram anualmente nos dias 26 de dezembro de 2016, de 2017 e de 2018, com remuneração paga semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela paga em 26 de junho de 2015 e a última parcela paga em 26 de dezembro de 2018.

(ii) Em agosto de 2016, a Companhia emitiu 148.270 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431/2001, em série única, no montante total de R$148.270, com vistas ao reembolso de aportes e investimentos em suas controladas em conjunto IEMadeira e IEGaranhuns. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de julho de 2021 e a remuneração será paga anualmente nos meses de julho de cada ano, sendo a primeira parcela paga em 15 de julho de 2017.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $\leq$ 3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $\geq$ 1,5 até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, $\geq$ 2,00.

(iii) Em março de 2017, a Companhia emitiu 300.000 debêntures de infraestrutura nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, Lei nº 12.431/2001, em série única, no montante total de R$300.000, com vistas ao pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos em reforços e melhorias de instalação de transmissão, compreendendo a instalação, a substituição ou a reforma, visando manter a prestação de serviço adequada, a confiabilidade do SIN – Sistema Interligado Nacional, a vida útil dos equipamentos e/ou realizar a conexão de novos usuários. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de fevereiro de 2024 e a remuneração será paga anualmente nos meses de fevereiro de cada ano, sendo a primeira parcela paga em 15 de fevereiro de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R$292.603. Os custos serão amortizados linearmente pelo prazo da operação.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $\leq$ 3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $\geq$ 1,5 até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017, $\geq$ 2,00.

(iv) Em dezembro de 2017, a Companhia emitiu 350.000 debêntures, em série única, no montante total de R$350.000, com finalidade exclusiva de reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 13 de dezembro de 2020 e a remuneração será paga semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo a primeira parcela paga em 13 de junho de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R$348.041. Os custos serão amortizados linearmente pelo prazo da operação.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado $\leq$ 3,5 e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro $\geq$ 2,00.

(v) Em maio de 2018, a Companhia emitiu 621.000 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R$621.000, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos Paraguaçu, Aimorés, Itaúnas, Ivaí, Tibagi, Itaquerê, Itapura e Aguapeí. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade, divulgado em maio de 2018. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de abril de 2025 e a remuneração será paga semestralmente nos meses de outubro e abril de cada ano, sendo a primeira parcela devida em 15 de outubro de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R$604.113. Os custos serão amortizados linearmente pelo prazo da operação.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

O montante de custos de emissão apropriados nas operações financeiras até 31 de dezembro de 2018 totaliza R$32.888. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, a partir de 31 de dezembro de 2018 é de R$23.589.

(em R$ milhões)

BNDES (apuração anual)	
Dívida Líquida 31/12/2018	3.481
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.478
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2018	1,40
Patrimônio Líquido 31/12/2018	11.182
Divida Liquida/Divida Liquida + PL 31/12/2018	0,24

Debêntures de Infraestrutura (4ªe 5ª emissão) Crédito Internacional - Lei 4131 (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/12/2018	2.317
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.244
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2018	1,03
Resultado Financeiro 31/12/2018	142
EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/12/2018	15,78

Debêntures Simples (apuração trimestral)	
Dívida Líquida 31/12/2018	2.317
EBITDA Ajustado últimos 12 meses	2.302
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado 31/12/2018	1,01
Resultado Financeiro 31/12/2018	118
EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro 31/12/2018	19,51

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

		Em 31/12/2018 - % de Limite	
Modalidade	Empresa	Liberado	Saldo
BNDES **III** / Investimento - FINEM	CTEEP	100%	0%
BNDES **III** / Investimento - PSI	CTEEP	100%	0%
BNDES **III** / Investimento - SOCIAL	CTEEP	100%	0%
BNDES IV / Investimento - FINEM	CTEEP	56%	44%
BNDES / Investimento - FINEM	IE JAPI	100%	0%
BNDES / Investimento - PSI	IE Pinheiros	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IE Pinheiros	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IEMG	100%	0%
BNDES / Investimento - BNB	IENNE	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IESUL	100%	0%
BNDES / Investimento - PSI	IESUL	100%	0%

			Em 31/12/2017 - % de Limite
Modalidade	Empresa	Liberado	Saldo
BNDES **III** / Investimento - FINEM	CTEEP	100%	0%
BNDES **III** / Investimento - PSI	CTEEP	100%	0%
BNDES **III** / Investimento - SOCIAL	CTEEP	100%	0%
BNDES IV / Investimento - FINEM	CTEEP	56%	44%
BNDES / Investimento - FINEM	IE JAPI	100%	0%
BNDES / Investimento - PSI	IE Pinheiros	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IE Pinheiros	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IE MG	100%	0%

			Em 31/12/2016 - % de Limite
Modalidade	Empresa	Liberado	Saldo
BNDES **I** / Investimento - FINEM	CTEEP	100%	0%
BNDES **II** / Investimento - FINEM	CTEEP	100%	0%
BNDES **III** / Investimento - FINEM	CTEEP	100%	0%
BNDES **III** / Investimento - PSI	CTEEP	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IE JAPI	100%	0%
BNDES / Investimento - PSI	IE Pinheiros	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IE Pinheiros	100%	0%
BNDES / Investimento - FINEM	IE MG	100%	0%

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores apresentam abaixo tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado consolidado da Companhia:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Variações nas demonstrações do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Os Diretores apresentam abaixo tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado consolidado da Companhia:

(em milhares de reais, exceto %)

	No exercício findo em 31 de dezembro de 2018	AV%	No exercício findo em 31 de dezembro de 2017	AV%	AH%
Receita operacional líquida	3.184.654	100,0	2.701.193	100,0	17,9
Custo dos serviços de Implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	(725.246)	(22,8)	(593.278)	(22,0)	22,2
Lucro bruto	**2.459.408**	**77,2**	**2.107.915**	**78,0**	**16,7**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(154.746)	(4,9)	(122.112)	(4,5)	26,7
Honorários da administração	(11.890)	(0,4)	(8.282)	(0,3)	43,6
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas	(34.736)	(1,1)	(55.006)	(2,0)	(36,9)
Resultado de equivalência patrimonial	200.822	6,3	124.806	4,6	60,9
Lucro antes das receitas e despesas Financeiras e dos Impostos Sobre o Lucro	**2.458.858**	**77,2**	**2.047.321**	**75,8**	**20,1**
Receitas financeiras	352.778	11,1	123.673	4,6	185,3
Despesas financeiras	(494.992)	(15,5)	(189.889)	(7,0)	160,7
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.316.444**	**72,7**	**1.981.105**	**73,3**	**16,9**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(407.423)	(12,8)	(354.491)	(13,1)	14,9
Diferido	(13.976)	(0,4)	(241.154)	(8,9)	(94,2)
Lucro líquido do exercício	**1.895.245**	**59,5**	**1.385.460**	**51,3**	**36,8**

Receita operacional líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita operacional líquida atingiu R$3.184,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 17,9% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com R$2.701,2 milhões.

Na receita bruta houve destaque para remuneração dos ativos de concessão devido adoção do CPC 47, além disso, devemos considerar (i) aumento de 56,6% da receita de infraestrutura; (ii) aumento de 18,3% da receita de operação e manutenção; (iii)

redução de 15,2% da remuneração dos ativos de concessão RBSE; e (v) aumento de 29,4% em deduções da receita operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme explicado a seguir.

A receita de infraestrutura totalizou R$387,1 milhões em 2018, comparada com R$247,1 milhões em 2017, devido principalmente a: (i) aumento nas controladas em fase pré-operacionais no valor de R$188,1 milhões; (ii) aumento na controladas Serra do Japi e IEMG devido a projetos de reforços na SE Salto para instalação do banco de transformadores e servidões no total de R$4,3 milhões; (iii) redução no volume de projetos de reforços e melhorias na CTEEP no valor de R$55,8 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que as receitas de operação e manutenção totalizaram R$1.042,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparadas com R$880,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devido, principalmente, a: sendo os principais fatores, a variação positiva referente ao IPCA/IGPM, variação da parcela de ajuste, entrada em operação de 189 novos projetos e aumento da tarifa de CDE para consumidores livres.

Os Diretores da Companhia informam que a receita de remuneração dos ativos de concessão do RBSE totalizaram R$1.269,1 milhões em 2018 comparado com R$1.495,8 milhões em 2017 devido a (i) redução devido reconhecimento, em 2017, do valor complementar do laudo de indenização no valor de R$432,6 milhões; (ii) redução na atualização pela taxa interna de retorno no valor de R$53,0 milhões compensados em parte (iii) pela atualização com IPCA mensal e ajuste de ciclo da RAP 2018/2019 no valor de R$258,9 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que a receita de remuneração dos ativos de concessão, devido à adoção do CPC 47, os ativos passam a ser remunerados pela WACC de cada contrato de concessão e na entrada da operação dos projetos é registrada a variação positiva ou negativa pela rentabilidade do projeto. O impacto da adoção inicial foi de R$ 376,8 milhões. Em 2017 esta receita se referia à atualização do ativo financeiro calculada conforme a taxa de juros efetiva individual de cada projeto.

Os Diretores da Companhia informam que as outras receitas referem-se basicamente à alugueis de infraestrutura para telecomunicação, cabos para fibra ópticas e cabos para-raios totalizaram R$26,9 milhões em 2018, comparada com R$26,1 milhões em 2017.

As deduções da receita operacional, compostas pelos tributos sobre a receita e encargos regulatórios, atingiram R$452,2 milhões em 2018 e R$349,3 milhões em 2017, impactada principalmente pela adoção do CPC 47 e pelo aumento dos encargos regulatórios, decorrente substancialmente do CDE relacionado aos consumidores livres.

Custos dos serviços da operação e despesas operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, eram compostos por 48,8% de custo de implementação da infraestrutura (38,0% em 2017) e 51,2% de custo de operação e manutenção (62,0% em 2017), tiveram aumento de 22,2%, com R$725,2 milhões no exercício

findo em 31 de dezembro de 2018, comparado aos R$593,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia informam que a variação nos custos de operação e manutenção concentra-se em: (i) pessoal, devido ao acordo coletivo de 2,86%; e (ii) materiais, devido, principalmente, a manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações.

Receitas (despesas) operacionais

Os Diretores da Companhia informam que as despesas gerais administrativas e honorários com administração e outras receitas (despesas) operacionais, apresentaram variação de 8,6% totalizando despesa de R$201,4 milhões em 2018 comparadas com R$185,4 milhões em 2017 principalmente por: (i) aumento de demandas judiciais no montante de R$11,5 milhões; (ii) pessoal R$7,8 milhões devido ao acordo sindical de 2,86%; e (iii) por gastos com consultorias externas com tecnologia da informação e honorários advocatícios.

Resultado de equivalência patrimonial

Os Diretores da Companhia informam que o resultado da equivalência patrimonial apresentou receita de R$200,8 milhões em 2018 comparado com R$124,8 milhões em 2017, devido a variação positiva de R$59,5 milhões na controlada em conjunto IEGaranhuns e R$17,0 milhões na controlada em conjunto IE do Madeira.

Resultado financeiro líquido

Os Diretores da Companhia informam que o resultado financeiro líquido totaliza despesa de R$142,2 mil em 2018 comparado com despesa de R$66,2 mil em 2017, o acréscimo deve-se, basicamente, por (i) reconhecimento, em 2017, de redução de juros e encargos, de R$53,8 milhões, referente a adesão ao PERT; (ii) aumento de encargos, juros e variações monetárias de R$42,9 milhões compensados por (iii) aumento no rendimento de aplicações financeiras no montante de R$30,6 milhões.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os Diretores da Companhia informam que as rubricas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido apresentaram redução totalizando R$421,4 mil em 2018 contra R$595,6 milhões em 2017 é devido basicamente a economia fiscal em função dos juros sobre capital próprio no valor de R$201,3 milhões e impactos da alteração do regime tributário da controlada IENNE de lucro real para lucro presumido no montante de R$54,7 milhões, compensados em parte pela adoção do CPC 47. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social apresentando 19,0% em 2018, comparado com 30,0% em 2017.

Lucro líquido do exercício

Os Diretores da Companhia informam que, em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$1.895,2 milhões, comparado a R$1.385,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Alterações no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2018	AV%	Em 31 de dezembro de 2017	AV%	AH%
Ativo					**2018/2017**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	16.740	0,1	6.585	0,0	154,2
Aplicações Financeiras	680.909	3,7	610.066	3,5	11,6
Ativo de concessão – Contratual	389.082	2,1	-	-	-
Ativo de concessão – Financeiro	1.697.216	9,2	1.924.928	11,2	(11,8)
Estoques	39.173	0,2	37.639	0,2	4,1
Tributos e contribuições a compensar	29.521	0,2	14.162	0,1	108,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0	2.611	0,0	(100,0)
Créditos com controladas	323	0,0	903	0,0	(64,2)
Despesas antecipadas	8.384	0,0	4.607	0,0	82,0
Outros	38.296	0,2	42.208	0,2	(9,3)
	2.899.644	**15,6**	**2.643.709**	**15,3**	**9,7**
Não circulante					
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	42.268	0,2	35.674	0,2	18,5
Ativo de concessão – Contratual	4.485.207	24,2	-	-	-
Ativo de concessão – Financeiro	7.562.351	40,8	11.213.952	65,0	(32,6)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	1.426.083	7,7	1.312.791	7,6	8,6
Cauções e depósitos vinculados	66.987	0,4	66.414	0,4	0,9
Estoques	13.551	0,1	37.034	0,2	(63,4)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.037	0,0	-	0,0	0,0
Benefício pós emprego - Superávit atuarial	105.444	0,6	-		-
Instrumentos financeiros derivativos	2.643	0,0	-		-
Outros	25.236	0,1	1.513	0,0	1.567,9
	13.738.807	74,1	12.667.378	73,4	8,5
Investimentos	1.848.092	10,0	1.880.845	10,9	(1,7)
Imobilizado	25.539	0,1	22.879	0,1	11,6
Intangível	30.142	0,2	37.362	0,2	(19,3)
	1.903.773	10,3	1.941.086	11,3	(1,9)
Total do ativo	**18.542.224**	**100**	**17.252.173**	**100**	**7,5**

(Em milhares de Reais, exceto %)

Passivo e patrimônio líquido	2018	AV%	2017	AV%	Variação AH% 2018/2017
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	334.067	1,8	268.588	1,6	24,4
Debêntures	23.707	0,1	182.852	1,1	(87,0)
Fornecedores	88.358	0,5	69.923	0,4	26,4
Tributos e encargos sociais a recolher	54.382	0,3	90.502	0,5	(39,9)
Impostos parcelados	-	0,0	57.997	0,3	(100,0)
Encargos regulatórios a recolher	40.262	0,2	16.550	0,1	143,3
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	7.835	0,0	3.112	0,0	151,8
Provisões	37.047	0,2	36.344	0,2	1,9
Valores a pagar - Fundação CESP	4.250	0,0	2.056	0,0	106,7
Outros	36.790	0,2	61.180	0,4	(39,9)
	626.698	3,4	789.104	4,6	(20,6)
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	1.215.689	6,6	690.541	4,0	76,0
Debêntures	1.441.504	7,8	801.007	4,6	80,0
PIS e COFINS diferidos	1.176.566	6,3	1.147.381	6,7	2,5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.603.438	14,0	2.418.125	14,0	7,7
Encargos regulatórios a recolher	35.925	0,2	54.250	0,3	(33,8)
Provisões	90.708	0,5	121.553	0,7	(25,4)
Reserva Global de Reversão - RGR	19.093	0,1	24.053	0,1	(20,6)
Outros	33.078	0,2	6.503	0,0	408,7
	6.616.001	35,7	5.263.413	30,5	25,7
Patrimônio líquido					
Capital social	3.590.020	19,4	3.590.020	20,8	0,0
Reservas de capital	666	0,0	666	0,0	0,0
Reservas de Lucros	7.404.769	39,9	7.309.338	42,4	(1,3)
Outros resultados abrangentes	73.192	0,4	-	-	0,0
Dividendos adicionais propostos	-	0,0	84.693	0,5	(100,0)
	11.068.647	59,7	10.984.717	63,7	0,8
Participação de não controladores	230.878	1,2	214.939	1,2	7,4
Total do Patrimônio Líquido	11.299.525	60,9	11.199.656	64,9	0,9
Total do passivo e do patrimônio líquido	**18.542.224**	**100**	**17.252.173**	**100**	**7,5**

Caixa e equivalentes de caixa

Os Diretores da Companhia informam que o caixa e os equivalentes de caixa totalizaram R$16,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 154,2% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizaram R$6,6 milhões, principalmente: (i) pelo aumento no saldo de caixa e bancos no montante de R$4,7 milhões, em função de acréscimo nos ingressos de caixa referente aos recebimentos de RBSE e capitações de recursos, tendo parte sido destinada às aplicações financeiras R$6,1 milhões e parte permanecido no caixa e equivalentes de caixa para fazer frente a compromissos previstos de curtíssimo prazo.

Aplicações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que as aplicações financeiras totalizaram R$680,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 11,6% em relação a 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia informam que as aplicações financeiras referem- se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos, representando 3,7% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 e 3,5% em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, da variação dos seguintes fundos de investimento: (i) Itaú (Xavantes), cujos saldos da Companhia passaram para R$263,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado a R$187,9 milhões em 31 de dezembro de 2017; (ii) Bradesco (Bandeirantes), cujos rendimentos da Companhia passaram para R$250,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 comparado a R$263,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, bem como pelo resultado do fundo de investimento Santander (Assis), cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R$167,3 milhões comparado a R$159,3 milhões em 31 de dezembro de 2017. O maior volume de aplicações deve-se ao maior volume de captações no período.

Contas a receber – ativo da concessão (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber - ativo da concessão (circulante e não circulante) totalizaram R$14.133,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 7,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizaram R$13.138,9 milhões. As contas a receber (ativo da concessão) circulante e não circulante representam 76,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente por: (i) contas a receber dos serviços de implementação da infraestrutura impactado pela adoção do CPC 47 de ativo financeiro para ativo contratual em R$ 387,9 milhões; (ii) contas a receber de serviços de O&M em R$43,5 milhões; e (iii) redução em contas a receber referentes a Lei 12.783 em R$517,2 milhões.

Estoques (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os estoques (circulante e não circulante) totalizaram R$52,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 29,4% em relação a 31 de dezembro de 2017. Os estoques passaram a representar 0,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2018, e 0,4% em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, de esforço de redução devido à aplicação de equipamentos sobressalentes em projetos de reforços.

Tributos e contribuições a compensar

Os Diretores da Companhia informam que os tributos e contribuições a compensar totalizaram R$29,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$14,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando 0,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 e 0,1% em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, de: (i) antecipações de imposto de renda efetuadas no exercício de 2018 em R$8,5 milhões; e (ii) imposto parcelado a recuperar em R$3,6 milhões.

Valores a receber – Secretaria da Fazenda (não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os valores a receber da Secretaria da Fazenda totalizaram R$1.426,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 8,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizaram R$1.312,8 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, dos valores retidos pelo Governo do Estado referentes ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual nº 4819/58. Os valores a receber representam 7,7% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 e 7,6% em 31 de dezembro de 2017.

Investimentos

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos totalizaram R$1.848,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma variação de 1,7% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizaram R$1.880,8 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre principalmente pela equivalência patrimonial das controladas em conjunto e a aquisição do restante de 50% da controlada IESUL.

Imobilizado

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado totalizou R$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 11,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$22,9 milhões. O imobilizado representa 0,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente da aquisição de equipamentos de informática e veículos, sendo os itens calculados com a taxa média de 16,7% e 14,3% respectivamente.

Intangível

Os Diretores da Companhia informam que o intangível totalizou R$30,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de 19,3% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$37,4 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação deve-se, principalmente, à amortização do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Passivo

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) totalizaram R$1.549,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 61,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, devido a contratação de contratos de empréstimos com MUFG e Citibank em moeda estrangeira. Com isso, os empréstimos e financiamentos passaram a representar 8,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, contra 5,6% em 31 de dezembro de 2017.

Debêntures (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que as debêntures (circulante e não circulante) totalizaram R$1.465,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 48,9% em relação a 31 de dezembro de 2017, em razão da emissão de 621.000 debêntures, no montante de R$621,0 milhões, em maio de 2018. Com isso, as debêntures passaram a representar 7,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, contra 5,7% em 31 de dezembro de 2017.

Fornecedores

Os Diretores da Companhia informam que os fornecedores totalizaram R$88,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 26,4% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$69,9 milhões. Com isso, os fornecedores passaram a representar 0,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, contra 0,4% em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu pelo maior ritmo de investimentos.

Tributos e encargos sociais a recolher

Os Diretores da Companhia informam que os tributos e encargos sociais a recolher totalizaram R$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 39,9% em relação a 31 de dezembro de 2017, em que os tributos totalizaram R$90,5 milhões. A redução do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro se deve principalmente pelo benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio no fechamento do período. Com isso, os tributos e encargos sociais a recolher representam 0,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 0,5% em 31 de dezembro de 2017.

Impostos parcelados (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que a optaram pelo pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada, em cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017. O restante liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 90% dos juros de mora e 70% das multas de mora. A consolidação dos débitos pela Receita Federal ocorreu em dezembro de 2018 com isso não há saldo dos impostos parcelados (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2018 contra R$58,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 quando representavam 0,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017.

Encargos regulatórios a recolher (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os encargos regulatórios a recolher (circulante e não circulante) totalizaram R$76,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 7,6% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizaram R$70,8 milhões. Com isso, os encargos regulatórios passaram a representar 0,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia informam que esta variação ocorreu em função do aumento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) R$13,3 milhões compensados em parte pela redução da CDE R$7,6 milhões.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

Os Diretores da Companhia informam que os juros sobre capital próprio e dividendos a pagar totalizaram R$7,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em 2018, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$1.393,3 milhões, dividendos adicionais de R$84,7 milhões e juros sobre o capital próprio no montante de R$592,0 milhões. O total de juros sobre capital próprio e dividendos pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R$2.070,0 milhões, tendo as deliberações ocorridas em 2018.

Pis e Cofins diferidos

Os Diretores da Companhia informam que o PIS e COFINS diferidos totalizaram R$1.176,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$1.147,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. O PIS e COFINS diferidos representavam 6,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2018 e 6,7% em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os Diretores da Companhia informam que o imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizaram R$2.603,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 7,7% em relação a 31 de dezembro de 2017 quando totalizaram R$2.418,1 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre, basicamente, da constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre a atualização do direito referente às instalações do SE. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passaram a representar 14,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 14,0% em 31 de dezembro de 2017.

Provisões (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que as provisões (circulante e não circulante) totalizaram R$127,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 19,1% em relação a 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre principalmente, por processos judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais. As provisões representam 0,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, contra 0,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia é de R$11.299,5 milhões, 0,9% maior que em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$11.199,7 milhões. Com isso, o patrimônio líquido passou a representar 60,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2018, contra 64,9% em 31 de dezembro de 2017. A variação decorre, substancialmente, do lucro líquido do período de 2018 no montante de R$1.895,2 milhões e pagamento de dividendos intermediários no montante de R$1.393,3 milhões e dividendos adicionais propostos no montante de R$84,7 milhões.

Variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Segue abaixo discussão das principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(em R$ mil)		
Consolidado	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.314.377	404.425
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(102.713)	(361.950)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(1.201.509)	(40.414)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	10.155	2.061

Os Diretores da Companhia informam que o caixa e os equivalentes de caixa totalizaram R$16,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de 154,2% em relação a 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$6,6 milhões.

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$1.314,4 milhões e R$404,4 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta variação é decorrente de, (i) economia fiscal devido ao JCP e alteração no regime tributário de lucro real para lucro presumido na controlada IENNE; (ii) variação positiva no resultado das controladas em conjunto; (iii) variação das contas a receber – ativo da concessão do RBSE no montante R$1.786,3 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Atividades de Investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R$102,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2018, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos de R$362,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo decorrente principalmente: (i) do menor volume de aplicações financeiras no montante de R$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 comparado com R$237,7 em 31 de dezembro de 2017; (ii) aporte de capital nas controladas em conjunto (Aimorés, Paraguaçu e ERB1) no montante de R$30,9 milhões; (iii) aquisição de participação acionária da controlada IESUL no montante de R$20,5 milhões.

Atividades de Financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento foi de R$1.201,5 milhões e R$40,4 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta variação é decorrente principalmente: (i) da captação de empréstimos e debêntures, no valor R$1.431,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em comparação com o saldo de R$962,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017; (ii) maior pagamento de empréstimos R$453,5 milhões no exercício de 2018 comparado com R$250,1 milhões em 2017; e (iii) do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$2.064,3 milhões, em comparação ao montante de R$636,1 milhões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

Variações nas demonstrações do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Os Diretores apresentam abaixo tabelas e explicações sobre as alterações significativas nas demonstrações de resultado consolidado da Companhia:

(em milhares de reais, exceto %)

	No exercício findo em 31 de dezembro de 2017	AV%	No exercício findo em 31 de dezembro de 2016	AV%	AH%
Receita operacional líquida	2.701.193	100,0	7.785.616	100,0	(65,3)
Custo dos serviços de Implementação da infraestrutura e de operação e manutenção	(593.278)	(22,0)	(499.623)	(6,4)	(18,7)
Lucro bruto	**2.107.915**	**78,0**	**7.285.993**	**93,6**	**(71,1)**
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(122.112)	(4,5)	(126.924)	(1,6)	(3,8)
Honorários da administração	(8.282)	(0,3)	(5.661)	(0,1)	46,3
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas	(55.006)	(2,0)	(27.939)	(0,4)	96,9
Resultado de equivalência patrimonial	124.806	4,6	267.706	3,4	(53,4)
Lucro antes das receitas e despesas Financeiras e dos Impostos Sobre o Lucro	**2.047.321**	**75,8**	**7.393.175**	**95,0**	**(72,3)**
Receitas financeiras	123.673	4,6	76.684	1,0	61,3
Despesas financeiras	(189.889)	(7,0)	(186.613)	(2,4)	1,8
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.981.105**	**73,3**	**7.283.246**	**93,5**	**(72,8)**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(354.491)	(13,1)	(79.301)	(1,0)	347,0
Diferido	(241.154)	(8,9)	(2.254.611)	(29,0)	(89,3)
Lucro líquido do exercício	**1.385.460**	**51,3**	**4.949.334**	**63,6**	**(72,0)**

Receita operacional líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita operacional líquida atingiu R$2.701,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE no montante líquido de R$1.495,8 milhões. A remuneração dos ativos de concessão é composta por taxa de juros efetiva específica.

Adicionalmente, houve, na receita bruta: (i) aumento de 43,8% da receita de infraestrutura; (ii) aumento de 5,4% da receita de operação e manutenção; (iii) redução de 75,5% da remuneração dos ativos de concessão; e (iv) redução de 64,7% de deduções da receita operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme explicado a seguir.

A receita de infraestrutura totalizou R$247,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparada com R$171,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido, (i) às obras em projetos de reforços de substituição de bancos de transformadores e implantação de sistema de automação na CTEEP no montante de R$60,8 milhões; (ii) ao inicio das obras nas controladas em fase pré-operacional no valor de R$17,7 milhões; (iii) ao aumento de receita na IE Pinheiros devido ao projeto de reforço na SE Piratininga II no valor de R$2,7 milhões; (iv) à redução nas controladas IE Serra do Japi e IE Minas Gerais, no montante de R$4,9 milhões, devido a conclusão do projeto de reforço na SE Salto e processo judicial de servidão, respectivamente.

Os Diretores da Companhia informam que as receitas de operação e manutenção totalizaram R$880,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparadas com R$835,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, a: (i) variação positiva de R$64,7 milhões referente ao IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2016/2017 para 2017/2018, entrada em operação de novos projetos; (ii) aumento da tarifa de CDE para consumidores livres o valor de R$19,4 milhões; (iii) parcela de ajuste R$0,8 milhões; compensados parcialmente (iv) pela variação negativa referente (v) às antecipações R$28,4 milhões; e (vi) parcela variável (PV) em R$14,3 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que a receita de remuneração dos ativos de concessão tiveram variação significativa devido ao reconhecimento dos valores a receber do RBSE que resultou um impacto positivo de R$7.318,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. A remuneração dos ativos de concessão é por meio de taxa de juros efetiva específica e totalizou uma receita de R$1.495,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Refere-se a atualização do ativo financeiro calculada conforme a taxa de juros efetiva individual de cada projeto. Destaca-se o efeito inflacionário do ciclo 2017/2018, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, no montante de R$91,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação a R$163,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Este saldo varia em função do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de implementação da infraestrutura e indenização, cujo saldo médio do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R$2.638,2 milhões e R$2.502,9 milhões em 2016. No entanto, não se inclui o ativo de concessão – RBSE para fins desse cálculo de saldo médio do ativo financeiro.

Os Diretores da Companhia informam que as outras receitas referem-se a aluguéis de empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros, totalizaram R$26,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aumento de 11,4% comparada ao mesmo período de 2016, quando registrou R$23,4 milhões.

As deduções da receita operacional, compostas pelos tributos sobre a receita e encargos regulatórios, atingiram R$349,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e R$988,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, impactada principalmente pela atualização do saldo do RBSE em 2016 e aumento dos encargos regulatórios, decorrente substancialmente do CDE relacionado aos consumidores livres.

Custos dos serviços da operação e despesas operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, eram compostos por 38,0% de custo de implementação da infraestrutura (31,3% em 2016) e 62,0% de custo de operação e manutenção (68,7% em 2016), tiveram aumento de 18,7%, com R$593,3 milhões no exercício

findo em 31 de dezembro de 2017, comparado aos R$499,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia informam que a variação nos custos de operação e manutenção concentra-se em: (i) pessoal, devido à reestruturação do quadro de pessoal e acordo sindical; e (ii) serviços e materiais, devido, principalmente, a manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações.

Receitas (despesas) operacionais

Os Diretores da Companhia informam que as despesas gerais administrativas e honorários com administração, tiveram uma redução de 1,7% totalizando R$130,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparadas com R$132,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e concentram-se em: (i) redução de demandas judiciais, devido a reversão de provisão de processos cíveis em consequência de eventos judiciais favoráveis com redução de valores e revisão de prognóstico; compensado pelo aumento de (ii) pessoal, devido a reestruturação do quadro de pessoal e acordo sindical; e (iii) serviços, devido, principalmente, à gastos com consultorias externas com tecnologia da informação, estratégia, recursos humanos, comunicação interna, em função do lançamento da nova marca e do programa de desenvolvimento de líderes.

Resultado de equivalência patrimonial

Os Diretores da Companhia informam que o resultado da equivalência patrimonial apresentou receita de R$124,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, redução de 53,4% frente à receita de R$267,7 milhões registrado no mesmo período de 2016. A variação é proveniente, principalmente, da queda do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 das controladas em conjunto, devido, substancialmente, ao ajuste de ciclo da RAP 2017/2018 e revisão tarifária na IE Garanhuns.

Resultado financeiro líquido

Os Diretores da Companhia informam que o resultado financeiro líquido teve redução de 39,8% totalizando despesa de R$66,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado com despesa de R$109,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, principalmente, devido à (i) ganho financeiro de R$53,8 milhões devido a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT); (ii) redução de encargos sobre debêntures pela liquidação parcial no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da primeira emissão (segunda série) e da terceira emissão (série única).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os Diretores da Companhia informam que as rubricas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido apresentaram redução totalizando R$595,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contra R$2.333,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 que acompanha a variação do resultado. As despesas com o imposto de renda e contribuição social representaram 22,0% da receita operacional líquida em 2017, comparado com 30,0% em 2016.

Lucro líquido do exercício

Os Diretores da Companhia informam que, em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R$1.385,5 milhões, comparado a R$4.949,3 milhões no exercício findo em 31 de

dezembro de 2016, devido ao reconhecimento do valor referente às instalações do SE em 2016.

Alterações no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2017	AV%	Em 31 de dezembro de 2016	AV%	AH%
Ativo					**2017/2016**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.585	0,0	4.524	0,0	45,6
Aplicações Financeiras	610.066	3,5	336.138	2,2	81,5
Contas a receber (ativo de concessão)	1.924.928	11,2	1.221.016	8,1	57,6
Estoques	37.639	0,2	37.723	0,3	-0,2
Tributos e contribuições a compensar	14.162	0,1	8.563	0,1	65,4
Instrumentos financeiros derivativos	2.611	0,0	-	-	-
Créditos com controladas	903	0,0	18.071	0,1	-95,0
Despesas antecipadas	4.607	0,0	10.303	0,1	-55,3
Outros	42.208	0,2	44.006	0,3	-4,1
	2.643.709	**15,3**	**1.680.344**	**11,2**	**57,3**
Não circulante					
Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	35.674	0,2	12.002	0,1	197,2
Contas a receber (ativo de concessão)	11.213.952	65,0	10.225.808	67,9	9,7
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	1.312.791	7,6	1.150.358	7,6	14,1
Cauções e depósitos vinculados	66.414	0,4	70.175	0,5	-5,4
Estoques	37.034	0,2	32.512	0,2	13,9
Outros	1.513	0,0	1.570	0,0	-3,6
	12.667.378	73,4	11.492.425	76,3	10,2
Investimentos	1.880.845	10,9	1.826.930	12,1	3,0
Imobilizado	22.879	0,1	25.457	0,2	-10,1
Intangível	37.362	0,2	41.843	0,3	-10,7
	1.941.086	11,3	1.894.230	12,6	2,5
Total do ativo	**17.252.173**	**100**	**15.066.999**	**100**	**14,5**

(Em milhares de Reais, exceto %)

Passivo e patrimônio líquido	2017	AV	2016	AV%	Variação AH% 2017/2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	268.588	1,6	71.679	0,5	274,7
Debêntures	182.852	1,1	192.368	1,3	(4,9)
Fornecedores	69.923	0,4	41.482	0,3	68,6
Tributos e encargos sociais a recolher	90.502	0,5	30.053	0,2	201,1
Impostos parcelados	57.997	0,3	17.540	0,1	230,7
Encargos regulatórios a recolher	16.550	0,1	12.751	0,1	29,8
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	3.112	0,0	139.946	0,9	(97,8)
Provisões	36.344	0,2	33.610	0,2	8,1
Valores a pagar - Fundação CESP	2.056	0,0	5.495	0,0	(62,6)
Outros	61.180	0,4	53.047	0,4	15,3
	789.104	4,6	597.971	4,0	32,0
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	690.541	4,0	432.472	2,9	59,7
Debêntures	801.007	4,6	313.931	2,1	155,2
Impostos parcelados	-	-	119.857	0,8	(100,0)
PIS e COFINS diferidos	1.147.381	6,7	989.445	6,6	16,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.418.125	14,0	2.106.603	14,0	14,8
Encargos regulatórios a recolher	54.250	0,3	32.509	0,2	66,9
Provisões	121.553	0,7	153.035	1,0	(20,6)
Reserva Global de Reversão - RGR	24.053	0,1	24.053	0,2	0,0
Outros	6.503	0,0	-	-	-
	5.263.413	30,5	4.171.905	27,7	26,2
Patrimônio líquido					
Capital social	3.590.020	20,8	2.372.437	15,7	51,3
Reservas de capital	666	0,0	1.217.583	8,1	(99,9)
Recursos destinados a aumento de capital	-		666	0,0	(100,0)
Reservas de Lucros	7.309.338	42,4	6.527.704	43,3	12,0
Dividendos adicionais propostos	84.693	0,5	-	-	-
	10.984.717	63,7	10.118.390	67,2	8,6
Participação de não controladores	214.939	1,2	178.733	1,2	20,3
Total do Patrimônio Líquido	11.199.656	64,9	10.297.123	68,3	8,8%
Total do passivo e do patrimônio líquido	**17.252.173**	**100**	**15.066.999**	**100**	**14,5**

Caixa e equivalentes de caixa

Os Diretores da Companhia informam que o caixa e os equivalentes de caixa totalizaram R$6,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 45,6% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizaram R$4,5 milhões, principalmente: (i) pelo aumento no saldo de caixa e bancos no montante de R$1,4 milhão, em função de acréscimo nos ingressos de caixa referente aos recebimentos de RBSE e capitações de recursos, tendo parte sido destinada às aplicações financeiras e parte permanecido no caixa e equivalentes de caixa para fazer frente a compromissos previstos de curtíssimo prazo; (ii) pelo aumento do saldo de operações compromissadas no valor de R$ 0,8 milhões; e (ii) pelo aumento do saldo de fundos de investimento de curto prazo no valor de R$0,6 milhões.

Aplicações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que as aplicações financeiras totalizaram R$610,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 81,5% em relação a 31 de dezembro de 2016. Os Diretores da Companhia informam que as aplicações financeiras referem- se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos, representando 3,5% do ativo total em 31 de dezembro de 2017 e 2,2% em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, da variação dos seguintes fundos de investimento: (i) Itaú (Xavantes), cujos saldos da Companhia passaram para R$187,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 contra R$129,1 milhões em 31 de dezembro de 2016; (ii) Bradesco (Bandeirantes), cujos rendimentos da Companhia passaram para R$262,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 contra R$207,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, bem como pelo resultado do fundo de investimento Santander (Assis), que foi criado em 2017, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R$159,4 milhões. O maior volume de aplicações deve-se ao início do recebimento do caixa da RBSE, em julho de 2017, e do maior volume de captações no período.

Contas a receber – ativo da concessão (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber - ativo da concessão (circulante e não circulante) totalizaram R$13.138,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 14,8% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizaram R$11.446,8 milhões. As contas a receber (ativo da concessão) circulante e não circulante passaram a representar 76,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2017, contra 76,0% em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, do aumento em: (i) contas a receber de serviços de O&M em R$53,8 milhões; (ii) contas a receber dos serviços de implementação da infraestrutura em R$824,3 milhões; e (iii) contas a receber referentes a Lei 12.783 e indenização em R$813,9 milhões.

Estoques (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os estoques (circulante e não circulante) totalizaram R$74,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2016. Os estoques passaram a representar

0,4% do ativo total em 31 de dezembro de 2017, e 0,5% em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, do aumento de equipamentos sobressalentes para aplicação em projetos de reforços compensados, compensado em parte pela otimização no processo de compras e pelo aumento na alienação de sucatas.

Tributos e contribuições a compensar

Os Diretores da Companhia informam que os tributos e contribuições a compensar totalizaram R$14,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R$8,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando 0,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2017 e 0,1% em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, de: (i) um aumento de R$2,0 milhões em PIS e COFINS devido à utilização de crédito pela realização do ativo financeiro; (ii) um aumento de R$0,4 milhões em IR/CS retidos a recuperar; e (iii) um aumento de R$3,0 milhões de IRRF e CS retidos.

Valores a receber – secretaria da fazenda (não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os valores a receber da Secretaria da Fazenda totalizaram R$1.312,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 14,1% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizaram R$1.150,4 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, dos valores retidos pelo Governo do Estado referentes ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual nº 4819/58. Os valores a receber representam 7,6% do ativo total em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Investimentos

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos totalizaram R$1.880,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 3,0% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizaram R$1.826,9 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre devido e equivalência patrimonial das controladas em conjunto, no montante de R$124,8 milhões.

Imobilizado

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado totalizou R$22,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 10,1% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$25,5 milhões. O imobilizado representa 0,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2017 e 0,2% em 31 de dezembro de 2016.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, da depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo os itens mais representativos calculados com a taxa média de 16,6% (equipamentos de informática) e 14,1% (veículos).

Intangível

Os Diretores da Companhia informam que o intangível totalizou R$37,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 10,7% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$41,8 milhões. Os Diretores da Companhia

entendem que essa variação deve-se, principalmente, à amortização do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Passivo

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) totalizaram R$959,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 90,2% em relação a 31 de dezembro de 2016, devido a contratação de contratos de empréstimos com o BNDES, com o BNB (IENNE) e com o Bank of Tokyo em moeda estrangeira. Com isso, os empréstimos e financiamentos passaram a representar 5,6% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, contra 3,3% em 31 de dezembro de 2016.

Debêntures (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que as debêntures (circulante e não circulante) totalizaram R$983,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 94,3% em relação a 31 de dezembro de 2016, em razão da emissão: (i) de 300.000 debêntures, no montante de R$300,0 milhões, em março de 2017; (ii) e 350.000 debêntures, no montante de R$350,0 milhões, em dezembro de 2017. Com isso, as debêntures passaram a representar 5,7% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, contra 3,4% em 31 de dezembro de 2016.

Fornecedores

Os Diretores da Companhia informam que os fornecedores totalizaram R$69,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 68,6% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$41,5 milhões. Com isso, os fornecedores passaram a representar 0,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, contra 0,3% em 31 de dezembro de 2016. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu em função da representatividade do saldo da conta em relação ao passivo total, essa variação não foi considerada significativa.

Tributos e encargos sociais a recolher

Os Diretores da Companhia informam que os tributos e encargos sociais a recolher totalizaram R$90,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 201,1% em relação a 31 de dezembro de 2016, em que os tributos totalizaram R$30,1 milhões. Essa variação decorre dos impostos provisionados em 31 de dezembro de 2017. Com isso, os tributos e encargos sociais a recolher representam 0,5% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 0,2% em 31 de dezembro de 2016.

Impostos parcelados (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os impostos parcelados (circulante e não circulante) totalizaram R$58,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando uma redução de 57,8% em relação a 31 de dezembro de 2016, em que tais impostos totalizaram R$137,4 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre da opção da Companhia pela desistência do Programa de Parcelamento de Débitos Fiscais e adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, para liquidação dos débitos fiscais relativos às contribuições de PIS e COFINS referentes às competências de 2007. Com isso, os impostos parcelados

passaram a representar 0,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, contra 0,9% em 31 de dezembro de 2016.

Encargos regulatórios a recolher (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que os encargos regulatórios a recolher (circulante e não circulante) totalizaram R$70,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 56,4% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizaram R$45,3 milhões. Com isso, os encargos regulatórios passaram a representar 0,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2017, contra 0,3% em 31 de dezembro de 2016. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu em função da representatividade do saldo da conta em relação ao passivo total, essa variação não foi considerada significativa.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

Os Diretores da Companhia informam que os juros sobre capital próprio e dividendos a pagar totalizaram R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R$139,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Em 2017, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$500,4 milhões e dividendos adicionais de R$ 84,7 milhões. O total de juros sobre capital próprio e dividendos pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R$636,1 milhões, tendo as deliberações ocorrido em 2016 e 2017.

Pis e cofins diferidos

Os Diretores da Companhia informam que o PIS e COFINS diferidos totalizaram R$1.147,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 e R$989,4 milhões em 31 de dezembro de 2016. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo financeiro. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. O PIS e COFINS diferidos representavam 6,7% do passivo total em 31 de dezembro de 2017 e 6,6% em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os Diretores da Companhia informam que o imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizaram R$2.418,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 14,8% em relação a 31 de dezembro de 2016 quando totalizaram R$2.106,6 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre, basicamente, da constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre a atualização do direito referente às instalações do SE. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passaram a representar 14,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Provisões (circulante e não circulante)

Os Diretores da Companhia informam que as provisões (circulante e não circulante) totalizaram R$157,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 15,4% em relação a 31 de dezembro de 2016. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre principalmente, por processos judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais. As provisões representam 0,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, contra 1,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio líquido

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia é de R$11.199,7 milhões, 8,8% maior que em 31 de dezembro de 2016, que totalizou R$10.297,1 milhões. Com isso, o patrimônio líquido passou a representar 64,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2017, contra 68,3% em 31 de dezembro de 2016. A variação decorre, substancialmente, do lucro líquido do período de 2017 no montante de R$1.385,5 milhões e pagamento de dividendos intermediários no montante de R$500,4 milhões.

Variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Segue abaixo discussão das principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(em R$ mil)		
Consolidado	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	566.858	319.464
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(381.898)	100.999
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(182.899)	(422.074)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	2.061	(1.611)

os diretores da companhia informam que o caixa e os equivalentes de caixa totalizaram r$6,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de 45,6% em relação a 31 de dezembro de 2016, que totalizou r$ 4,5 milhões.

Atividades operacionais

o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de r$ 566,9 milhões e r$ 319,5 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. esta variação é decorrente, principalmente, da variação das contas a receber – ativo da concessão do rbse no montante r$823,4 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Atividades de investimentos

o caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de r$ 381,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2017, comparado a um caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos de r$101,0 milhões no exercício findo em 31 de

dezembro de 2016, sendo decorrente principalmente: (i) do maior volume de aplicações financeiras no montante de r$237,7 milhões, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com o montante líquido de aplicações financeiras líquidas de resgates de r$103,9 milhões; (ii) aporte de capital nas controladas em conjunto (aimorés, paraguaçu e erb1) no montante de r$18,0 milhões; (iii) aquisição de participação acionária da controlada ienne no montante de r$ 101,1 milhões.

Atividades de financiamento

o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento foi de r$ 182,9 milhões e r$ 422,1 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. esta variação é decorrente principalmente: (i) da captação de empréstimos e debêntures, no valor r$962,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em comparação com o saldo de r$ 150,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de r$636,1 milhões, em comparação ao montante de r$ 109,7 milhões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015

Variações nas demonstrações do resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de:				
(em milhares de reais, exceto %)	**2016**	**AV %**	**2015**	**AV %**	**AH%**
Receita Operacional Líquida	7.785.616	100,0	1.287.130	100,0	504,9
Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e da operação e manutenção	(499.623)	(6,4)	(575.326)	(44,7)	(13,2)
Lucro Bruto	**7.285.993**	**93,6**	**711.804**	**55,3**	**923,6**
(Despesas) receitas operacionais gerais e administrativas	(126.924)	(-1,6)	(196.991)	(15,3)	(35,6)
Honorários da administração	(5.661)	(0,1)	(4.991)	(0,4)	13,4
Outras receitas (despesas)	(27.939)	(0,4)	(36.190)	(2,8)	(22,8)
Resultado de equivalência patrimonial	267.706	3,4	161.306	12,5	66,0
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro	**7.393.175**	**95,0**	**634.938**	**49,3**	**1.064,4**
Receitas financeiras	76.684	1,0	151.711	11,8	(49,5)
Despesas financeiras	(186.613)	(2,4)	(177.067)	(13,8)	5,4
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**7.283.246**	**93,5**	**609.582**	**47,4**	**1.094,8**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(79.301)	(1,0)	(85.804)	(6,7)	(7,6)
Diferido	(2.254.611)	(29,0)	(6.592)	(0,5)	34.102,2
Lucro líquido do exercício	**4.949.334**	**63,6**	**517.186**	**40,2**	**857,0**

Receita operacional líquida

Os Diretores da Companhia informam que a **receita operacional líquida** atingiu R$7.785,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE.

A mensuração e contabilização do direito referente às instalações do SE foi possível, após a publicação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em outubro de 2016, da Nota Técnica no 336/2016, que resultou na abertura de Audiência Pública no 68/2016, para o período de 14 de outubro a 14 de novembro de 2016, com vistas a obter subsídios e informações adicionais para aprimoramento do cálculo do custo de capital a ser adicionado a RAP das concessionárias de transmissão, abrangidas pela Lei no 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME no 120/2016.

Adicionalmente, houve variação na receita bruta decorrente de (i) redução de 38,3% das receitas de infraestrutura, (ii) aumento de 0,8% da receita de operação e manutenção; (iii) aumento de 2.384,6% da remuneração dos ativos de concessão, e (iv) aumento de 538,1% de deduções da receita operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme explicado a seguir:

A **receita de infraestrutura** totalizou R$171,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, queda de 38,3% quando comparada aos R$278,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, decorrente, principalmente, da conclusão de projetos de reforços, da implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações e da recapacitação de linhas de transmissão na Controladora.

Os Diretores da Companhia informam que as **receita de operação e manutenção** totalizou R$835,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparada com R$829,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, a: (i) variação positiva referente ao IGPM/IPCA aplicados na parcela da receita de O&M que corrigem a RAP do ciclo 2016/2017; (ii) redução de entrada em operação de novos projetos; e (iii) variação negativa da parcela de ajuste.

Os Diretores da Companhia informam que a **receita de remuneração dos ativos de concessão**, que se refere à atualização do ativo financeiro calculada conforme a taxa de juros efetiva individual de cada projeto, somou R$ 7.318,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, refletindo a atualização do valor de contas a receber do RBSE. A taxa média ponderada de juros efetiva que remunera o ativo financeiro, excluindo o saldo de contas a receber – Lei nº 12.783, em 2016 é de 12,7% (em 2015 13,5%).

Os Diretores da Companhia informam que as **outras receitas** referem-se a aluguéis de empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros, totalizaram R$23,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aumento de 5,5% comparada ao mesmo período de 2015, quando registrou R$22,2 milhões.

As **deduções da receita operacional**, compostas pelos tributos sobre a receita e encargos regulatórios, atingiram R$988,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e R$154,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente ao efeito do PIS/COFINS sobre a remuneração do ativo de concessão do RBSE.

Custos dos serviços da operação e despesas operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção**, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é composto por 31,3% de custo de implementação da infraestrutura (44,3% em 2015) e 68,74 % de custo de operação e manutenção (55,7% em 2015), tiveram redução de 13,2%, totalizando o montante de R$499,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, frente aos R$575,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura** totalizaram R$156,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, redução de 38,7% em relação ao mesmo período de 2015. Esta variação acompanha a queda na receita de infraestrutura, decorrente da conclusão de projetos de reforços e menor atividade de implantação de infraestrutura.

Os Diretores da Companhia informam que a variação nos **custos de operação e manutenção** concentra-se em: (i) pessoal, devido substancialmente, ao dissidio de 9,3% em julho de 2016, parcialmente compensado por redução de quadro de pessoal devido a transferência entre áreas técnicas e administrativas; (ii) serviços, devido, principalmente, a manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, tais como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo somado a reajuste contratual; e (iii) materiais, que deve-se, basicamente, ao aumento no consumo de estoque aplicado nas manutenções de linha de transmissão e subestações.

Receitas (despesas) operacionais

Os Diretores da Companhia informam que as **despesas gerais administrativas** tiveram redução de 35,6% totalizando R$126,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 comparados com R$197,0 milhões no mesmo período de 2015 e concentra-se em: (i) pessoal, devido substancialmente, ao dissidio de 9,3% em julho de 2016 somado ao aumento no quadro de pessoal devido a transferência entre áreas técnicas e administrativas; (ii) serviços, devido, principalmente, por gastos com consultorias externas em análises jurídicas e consultoria de tecnologia da informação; e (iii) demandas judiciais, devido, principalmente, pela redução por acordos nos processos trabalhistas. Adicionalmente houve revisão, em 2015, de processos trabalhistas nas quais a Companhia é corresponsável legal de empresas de prestação de serviços de mão de obra terceirizada, inadimplentes em processo de insolvência.

Resultado de equivalência patrimonial

Os Diretores da Companhia informam que **o resultado da equivalência patrimonial** apresentou receita de R$267,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aumento de 66,0% frente à receita de R$161,3 milhões registrado no mesmo período de 2015.

A variação positiva é proveniente, principalmente, do aumento do aumento do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 de nossa controlada em conjunto IEMadeira, refletindo, o ajuste de ciclo da RAP 2016/2017.

Resultado financeiro, líquido

Os Diretores da Companhia informam que o **resultado financeiro líquido** apresentou uma despesa de R$109,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, aumento de 333,5% frente à despesa de R$25,4 milhões registrada no mesmo período de 2015.

A variação reflete, principalmente, o fim das receitas de variação monetária e de juros ativos, referentes à atualização do IPCA + 5,59%, pelo recebimento do contas a receber de ativo reversível pela Lei nº 12.783 (RBNI), combinado com o aumento nas despesas de variação monetária pela atualização das provisões de demandas judiciais.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os Diretores da Companhia informam que as rubricas de **imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** apresentaram aumento de 2.426,0%, totalizando R$2.333,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, contra R$92,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente a constituição de provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$ 2.211,2 milhões, pelo o efeito do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Lucro líquido do exercício

Os Diretores da Companhia informam que, em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** totalizou R$4.949,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado a R$517,2 milhões em 2015, cujo aumento ocorreu principalmente em função do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE, já mencionado anteriormente.

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 comparado com o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015

Os Diretores apresentam abaixo as tabelas e explicações sobre alterações significativas no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

(Em milhares de reais, exceto %)

Ativo		**Em 31 de dezembro de 2016**	**AV %**	**Em 31 de dezembro de 2015**	**AV %**	**AH% 2015/2016**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa		4.524	0,0	6.135	0,1	(26,3)
Aplicações Financeiras		336.138	2,2	440.054	6,0	(23,6)
Contas a receber (ativo da concessão)		1.221.016	8,1	319.961	4,4	281,6
Estoques		37.723	0,3	40.476	0,6	(6,8)
Tributos e contribuições a compensar		8.563	0,1	5.763	0,1	48,6
Créditos com partes relacionadas		18.071	0,1	29.200	0,4	(38,2)
Despesas pagas antecipadamente		10.303	0,1	6.057	0,1	70,1
Outros		44.006	0,3	51.180	0,7	(14,0)
		1.680.344	11,2	898.826	12,2	86,9

Realizável a longo prazo					
Caixa restrito	12.002	0,1	12.059	0,2	(0,5)
Contas a receber (ativo de concessão)	10.225.808	67,9	3.526.968	48,1	189,9
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	1.150.358	7,6	965.920	13,2	19,1
Imposto de renda e contribuição social diferidos			183.809	2,5	(100,0)
Cauções e depósitos vinculados	70.175	0,5	66.268	0,9	5,9
Estoques	32.512	0,2	29.675	0,4	9,6
Outros	1.570	0,0	9.835	0,1	(84,0)
	11.492.425	76,3	4.794.534	65,3	139,7
Investimentos	1.826.930	12,1	1.572.640	21,4	16,2
Imobilizado	25.457	0,2	23.194	0,3	9,8
Intangível	41.843	0,3	49.509	0,7	(15,5)
	1.894.230	12,6	1.645.343	22,4	15,1
Total do ativo	**15.066.999**	**100,0**	**7.338.703**	**100,0**	**105,3**

(Em milhares de reais, exceto em %)

Passivo	**Em 31 de dezembro de 2016**	**AV %**	**Em 31 de dezembro de 2015**	**AV %**	**AH% 2015/2016**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	71.679	0,5	71.070	1,0	0,9
Debêntures	192.368	1,3	180.782	2,5	6,4
Fornecedores	41.482	0,3	34.950	0,5	18,7
Tributos e encargos sociais a recolher	30.053	0,2	28.417	0,4	5,8
Impostos parcelados	17.540	0,1	16.200	0,2	8,3
Encargos regulatórios a recolher	12.751	0,1	21.821	0,3	(41,6)
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	139.946	0,9	2.156	0,0	6391,0
Provisões	33.610	0,2	29.757	0,4	12,9
Valores a pagar - Funcesp	5.495	0,0	6.144	0,1	(10,6)
Outros	53.047	0,4	31.014	0,4	71,0
	597.971	4,0	422.311	5,8	41,6
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	432.472	2,9	485.239	6,6	(10,9)
Debêntures	313.931	2,1	359.573	4,9	(12,7)
Impostos parcelados	119.857	0,8	126.897	1,7	(5,5)
PIS e COFINS diferidos	989.445	6,6	149.022	2,0	564,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.106.603	14,0	35.801	0,5	5784,2
Encargos regulatórios a recolher	32.509	0,2	31.194	0,4	4,2
Provisões	153.035	1,0	189.612	2,6	(19,3)
Obrigações especiais – reversão/amortização	24.053	0,2	24.053	0,3	0,0
	4.171.905	27,7	1.401.391	19,1	197,7

Patrimônio líquido					
Capital social	2.372.437	15,7	2.215.291	30,2	7,1
Reservas de capital	1.217.583	8,1	1.277.356	17,4	(4,7)
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	0,0	666	0,0	0,0
Reservas de lucro	6.527.704	43,3	1.842.892	25,1	254,2
	10.118.390	67,2	5.336.205	72,7	89,6
Participação de não controladores	178.733	1,2	178.796	2,4	(0,0)
Total do Patrimônio Líquido	10.297.123	68,3	5.515.001	75,1	86,7
Total do passivo e do patromônio líquido	**15.066.999**	**100,0**	**7.338.703**	**100,0**	**105,3**

Ativo

Caixa e equivalentes de caixa
Os Diretores da Companhia informam que o caixa e os equivalentes de caixa totalizaram R$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma queda de 26,3% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$6,1 milhões.

Aplicações financeiras
Os Diretores da Companhia informam que as aplicações financeiras totalizaram R$336,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 23,6% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia informam que as aplicações financeiras referem- se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos. Representando 2,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2016 e 6,0% em 31 de dezembro de 2015.

Contas a receber – ativo da concessão (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber - ativo da concessão (circulante e não circulante) totalizaram R$11.446,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 197,6% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$3.846,9 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre, principalmente, da atualização do valor referente às instalações do SE, registrada em 30 de setembro de 2016, que resultou em R$8.602,7 milhões, com impacto de R$7.111,7 milhões no ativo financeiro. A remuneração deste ativo financeiro no 4º trimestre de 2016 gerou uma receita de R$206,8 milhões registrada na rubrica de remuneração dos ativos da concessão. O contas a receber (ativo da concessão) passaram a representar 76,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2016, contra 52,4% em 31 de dezembro de 2015.

Estoques (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que os estoques (circulante e não circulante) totalizaram R$70,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 0,1% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre, substancialmente, pela otimização no processo de compras e maior alienação de sucatas mediante mudança física de almoxarifado central. Os estoques passaram a representar 0,5% do ativo total em 31 de dezembro de 2016, contra 1,0% em 31 de dezembro de 2015.

Tributos e contribuições a compensar
Os Diretores da Companhia informam que os tributos e contribuições a compensar totalizaram R$8,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$5,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Representando 0,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2016 e 0,1% em 31 de dezembro de 2015.

Valores a receber – Secretaria da Fazenda (não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que os valores a receber da Secretaria da Fazenda totalizaram R$1.150,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 19,1% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$965,9 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação é consequência, principalmente, dos valores retidos pelo Governo do Estado referentes ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual nº 4819/58. Os valores a receber passaram a representar 7,6% do ativo total em 31 de dezembro de 2016, contra 13,2% em 31 de dezembro de 2015.

Investimentos
Os Diretores da Companhia informam que os investimentos totalizaram R$1.826,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 16,2% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$1.572,6 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre devido à integralização de capital e equivalência patrimonial das controladas em conjunto, nos montantes de R$2,4 milhões e R$267,7 milhões, respectivamente.

Imobilizado
Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado totalizou R$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 9,8% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R$23,2 milhões. O imobilizado representa 0,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2016 e 0,3% em 31 de dezembro de 2015.

Intangível
Os Diretores da Companhia informam que o intangível totalizou R$41,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 15,5% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R$49,5 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação deve-se, principalmente, à amortização do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Passivo

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) totalizaram R$504,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 9,4% em relação a 31 de dezembro de 2015, em razão do pagamento de serviço de dívida do BNDES. Com isso, os empréstimos e financiamentos circulante e não circulante passaram a representar 3,3% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, contra 7,6% em 31 de dezembro de 2015.

Debêntures (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que as debêntures (circulante e não circulante) totalizaram R$506,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2015, em razão do pagamento de principal mais juros referentes à 2ª série da 1ª emissão e da 3ª emissão, compensado pela emissão de R$148,3 milhões de debêntures de infraestrutura, que totalizavam R$540,4 milhões. Com isso, as debêntures passaram a representar 3,4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, contra 7,4% em 31 de dezembro de 2015.

Fornecedores
Os Diretores da Companhia informam que os fornecedores totalizaram R$41,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 18,7% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizou R$35,0 milhões. Com isso, os fornecedores passaram a representar 0,3% do total do passivo e patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2016, contra 0,5% em 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que em função da representatividade do saldo da conta em relação ao passivo total, essa variação não foi considerada significativa.

Tributos e encargos sociais a recolher
Os Diretores da Companhia informam que os tributos e encargos sociais a recolher totalizaram R$30,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 5,8% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$28,4 milhões. Essa variação decorre devido aos impostos provisionados em 31 de dezembro de 2016. Com isso, os tributos e encargos sociais a recolher representam 0,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, e 0,4% 31 de dezembro de 2015.

Impostos parcelados (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que os impostos parcelados (circulante e não circulante) totalizaram R$137,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 4,0% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$143,1 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre da atualização monetária do saldo e pagamentos efetuados do parcelamento durante o exercício. Com isso, os impostos parcelados (circulante não circulante) passaram a representar 0,9% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, contra 1,9% em 31 de dezembro de 2015.

Encargos regulatórios a recolher (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que os encargos regulatórios a recolher (circulante e não circulante) totalizaram R$45,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 14,6% em relação a 31 de dezembro de 2015, que totalizaram R$53,0 milhões. Com isso, os encargos regulatórios passaram a representar 0,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2016, contra 0,7% em 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que em função da representatividade do saldo da conta em relação ao passivo total, essa variação não foi considerada significativa.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar
Os Diretores da Companhia informam que os juros sobre capital próprio e dividendos a pagar totalizaram R$139,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$2,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Com isso os juros sobre capital próprio e dividendos a pagar passaram a representar 0,9% do passivo total em 31 de dezembro de 2016, contra 0% em 31 de dezembro de 2015. A administração da Companhia destinou dividendos intermediários no total de R$247,5 milhões, sendo: (i) em 16 de junho de 2016, no montante de R$110,0 milhões, com pagamento em 30 de junho de 2016; e (ii) em 29 de novembro de 2016, no montante de R$137,5 milhões, com pagamento previsto para 20 de janeiro de 2017.

PIS e COFINS diferidos
Os Diretores da Companhia informam que o PIS e COFINS diferidos totalizaram R$989,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R$149,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo financeiro. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais. O PIS e COFINS diferidos representavam 6,6% do passivo total em 31 de dezembro de 2016 e 2,0% em 31 de dezembro de 2015. O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2016 deve-se, principalmente, ao reconhecimento do PIS e COFINS diferidos sobre a remuneração do ativo da concessão do RBSE no montante de R$814,9 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os Diretores da Companhia informam que o imposto de renda e a contribuição social diferidos totalizaram R$2.106,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 5.784,2% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre, basicamente, da constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo sobre a atualização do direito referente às instalações do SE. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passaram a representar 14,0% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016.

Provisões (circulante e não circulante)
Os Diretores da Companhia informam que as provisões (circulante e não circulante) totalizaram R$186,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 14,9% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação decorre principalmente, por processos judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais. As provisões representam 1,2% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016, contra 3,0% do passivo total em 31 de dezembro de 2015.

Patrimônio líquido
Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2016, o patrimônio líquido da Companhia é de R$10.297,1 milhões, 86,7% maior que em 31 de dezembro de 2015, que totalizou R$5.515,0 milhões. Com isso, o patrimônio líquido passou a representar 68,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2016, contra 75,1% em 31 de dezembro de 2015. A variação decorre, substancialmente, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R$4.949,3 milhões.

Variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Segue abaixo discussão das principais variações nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Consolidado **(Em milhares de Reais)**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	319.464	543.647[1]
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	100.999	51.082
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(422.074)	(593.290)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.611)	1.439

[1] Em 31 de dezembro de 2015, os saldos referentes às rubricas "despesas gerais e administrativas" e receitas financeiras" na demonstração do resultado do exercício foram reclassificados para melhor apresentação monetária referente às demandas judiciais.

Os Diretores da Companhia informam que o caixa e os equivalentes de caixa totalizaram R$4,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando uma redução de 26,3% em relação a 31 de dezembro de 2015.

Atividades Operacionais
O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 319,5 milhões e R$ 543,6 milhões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente, sendo a variação decorrente, principalmente, (i) da variação do contas a receber – ativo da concessão; (ii) da movimentação do valores a receber com a Secretaria da Fazenda; (iii) do ajuste para reconciliar o lucro líquido com destaque para atualização do contas a receber da Lei nº 12.783 – SE, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos e equivalência patrimonial..

Atividades de Investimentos
O caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos foi de R$101,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e R$51,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, sendo a variação decorrente, principalmente, (i) da diminuição nos saldos dos fundos de investimentos, em R$336,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e R$440,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e (ii) do aporte de capital em controladas em conjunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R$103,4 milhões comparado com R$2,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Atividades de Financiamento
O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento foi de R$422,1 milhões e R$ 593,3 milhões, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente, sendo a variação decorrente principalmente, do pagamento de principal e juros de empréstimos e debêntures em R$375,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em comparação com R$ 332,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015; compensados em parte por: (i) integralização de capital no montante de R$97,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) captação de empréstimos e debêntures no montante de R$150,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em comparação com 103,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

a. Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia é remunerada com base na sua Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida nos Contratos de Concessão e homologadas anualmente pela ANEEL. De acordo com os Diretores da Companhia, a RAP corresponde ao valor recebido pela Companhia pela disponibilização de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica ou das Demais Instalações de Transmissão (DIT), não estando vinculada à energia elétrica transmitida, mas à disponibilidade dos seus ativos, conforme valor homologado pelo Poder Concedente quando da outorga da respectiva concessão. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua RAP, por meio de desconto (Parcela Variável – PV) da receita auferida. Mais detalhes podem ser obtidos no item 10.3.c deste documento.
Ainda, os Diretores da Companhia informam que os Contratos de Concessão também preveem um mecanismo de reajuste anual da RAP visando sua recomposição pela variação acumula da inflação. Além disso, a RAP está sujeita à revisão periódica a cada 5 (cinco) anos, nos novos investimentos em ativos de transmissão e nos custos

operacionais. A revisão tarifária tem por objetivo verificar se as receitas estipuladas remuneram de forma justa as Companhias de transmissão de energia pelo capital investido e avaliar sua eficiência em termos dos custos de AOM – Administração, Operação e Manutenção, objetivando revisão nas correspondentes receitas. Há também a possibilidade de revisões extraordinárias que protejam as Companhias contra eventuais desequilíbrios econômicos e financeiros.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia informam que os Contratos de Concessão contam com mecanismos de garantias que mitigam o risco de inadimplemento por usuários finais da infraestrutura da Companhia.

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a mais de 800 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, os Diretores da Companhia informam que a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas DIT com mais de 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

Os Diretores da Companhia informam que, conforme disposto na Lei N.º 12.783/2013, e no decreto n.º 7.805, de 14 de setembro de 2012, os investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, não depreciados e autorizados pela ANEEL após 31 de maio de 2000 (RBNI/RCDM) foram indenizados à Companhia no montante de R$ 2.891,3 milhões, conforme Portaria Interministerial n.º 580, de 1º de novembro de 2012. A Companhia optou pelo recebimento de 50% do valor a ser indenizado em janeiro de 2013 e 50% em 31 parcelas a partir de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia informam que o valor relativo aos ativos existentes em 31 de maio de 2000 e não totalmente depreciados até 31 de dezembro de 2012 (RBSE/RPC), registrados pela Companhia e reconhecidos pela ANEEL serão quitados pelo poder concedente, conforme resultado da Audiência Publica 068/2016, regulamentado por meio da Resolução Normativa nº 762, de 21 de fevereiro de 2017.

Os Diretores da Companhia informam que, em 13 de agosto de 2014, foi protocolado na ANEEL o Laudo de Avaliação da CTEEP, elaborado pela empresa avaliadora independente Delos Consultoria Ltda., apurando o valor dos ativos não depreciados em R$5.186,0 milhões (base 31 de dezembro de 2012), em conformidade com o previsto no Artigo 15, Parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/13 e na Resolução Normativa ANEEL n.º 589/2013.

Ainda em 2014, os Diretores da Companhia informam que foi publicada pela ANEEL a Resolução Normativa n.º 643 de 22 de dezembro de 2014, que alterou a Resolução Normativa 443/2011, de 26 de julho de 2011, que redefiniu a forma de remuneração das Melhorias que fazem parte do PMI - Plano de Melhorias das Instalações, elaborado pelo ONS, considerando sua receita (RMEL) nos processos de Reajuste Anual de Receitas, o que era antiga reivindicação das concessionárias de transmissão. Outra modificação introduzida pela resolução foi a retroatividade dos ajustes das receitas reposicionadas no processo de Revisão subsequente, tendo como referência as datas de entrada em operação das obras desenvolvidas pelas transmissoras.

Os Diretores da Companhia informam que, na 47ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 15 de dezembro de 2015, foi homologado o valor dos ativos não depreciados, energizados até maio de 2000 em R$3.896,2 milhões (base 31 de dezembro de 2012), sendo objeto do Despacho n° 4036/2015, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2015. Com o objetivo de reformar a decisão da Diretoria da ANEEL, foi protocolado em 31 de dezembro de 2015, pedido de reconsideração pela Companhia.

Os Diretores da Companhia informam que, em 22 de abril de 2016 foi publicada a Portaria MME nº 120, de 20 de abril de 2016, dispondo que os valores homologados pela ANEEL relativos aos ativos previstos no Art. 15, § 2º da Lei nº 12.783/2013 (i) devem passar a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão e (ii) que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas.

Os Diretores da Companhia informam que, em 30 de junho de 2016, foi publicada a Resolução Homologatória n° 2.098, de 28 de junho de 2016, por meio da qual a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), estabeleceu as RAPs para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações integrantes da Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão referentes ao ciclo 2016-2017.

Os Diretores da Companhia informam que, em 1° de julho de 2016, foi publicada a Resolução Normativa n° 729, de 28 de junho de 2016, a qual revogou a Resolução Normativa nº 270, de 26 de junho de 2007, estabelecendo as novas regras relativas à qualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, associada à disponibilidade e à capacidade operativa das instalações sob responsabilidade de concessionárias de transmissão integrantes da Rede Básica. Os Diretores da Companhia informam que a qualidade do serviço das transmissoras está associada à disponibilidade e à capacidade operativa de suas instalações, de modo que as indisponibilidades sujeitam as concessionárias à aplicação da Parcela Variável.

Os Diretores da Companhia informam que, na 38ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, de 11 de outubro de 2016, foi aprovada a abertura da Audiência Pública nº 068/2016 – AP 068, com período para envio de contribuição de 14/10/2016 a 14/11/2016, por intercâmbio documental, com vistas a colher subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, cujos contratos foram prorrogados nos termos na Lei nº 12.783/2013, em consonância com o disposto na Portaria MME nº 120/2016.

Os Diretores da Companhia informam que, na 6ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, de 21/02/2017, foi aprovado o resultado da Audiência Pública nº 068/2016, culminando com a edição em 21/02/2017 da REN 762, que definiu o regulamento do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão, cujos contratos foram prorrogados nos termos da Lei 12.783/2013. De acordo com a Nota Técnica nº 23/2017-SGT/ANEEL, de 16/02/2017, os valores seriam pagos a partir de julho/17, por um período médio de 8 anos, cabendo a CTEEP, para o ciclo 2017/2018, o valor anual de R$ 1.738,1 milhões. O referido valor foi calculado com base no valor homologado em dez/15 de R$ 3.896,2 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que em 30/06/2017, a ANEEL publicou o despacho 1.484, no qual homologa o valor final do laudo de avaliação do RBSE, no valor de R$ 4.094,4 milhões. Posteriormente, emitiu o Despacho 1.779, de 20/06/2017, no qual estende para todos os usuários de transmissão o mesmo tratamento tarifário concedido a ABRACE em função da obtenção de liminar que suspende a aplicação do Ke, previsto no §3º da Portaria 120/16.

Os Diretores da Companhia informam que, em 30 de junho de 2017, foi publicada a Resolução Homologatória n° 2.258, de 27 de junho de 2016, por meio da qual a ANEEL, estabeleceu as RAPs para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações integrantes da Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão referentes ao ciclo 2017-2018, incluído os valores para

pagamento do "RBSE", sem a inclusão do Ke. No ciclo 2017/2018, o montante atribuído à CTEEP, a título de "RBSE" foi de R$ 1.552,4 mil, calculado com base no montante de R$ 4.094,4 milhões.

Os Diretores da Companhia informam que, em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória n° 2.408, de 26 de junho de 2018, por meio da qual a ANEEL, estabeleceu as RAPs para as concessionárias de transmissão de energia elétrica, pela disponibilização das instalações integrantes da Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão referentes ao ciclo 2018-2019, incluído os valores para pagamento do "RBSE", sem a inclusão do Ke. No ciclo 2018/2019, o montante atribuído à CTEEP, a título de "RBSE" foi de R$ 1.461,1 mil, calculado com base no montante de R$ 4.094,4 milhões e linearizado para o período de 5 anos.

Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Os Diretores da Companhia informam que, em conformidade com o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 059, assinado em 04 de dezembro de 2012 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada 5 (cinco) anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram ou entrarão em operação comercial até 31 de maio de 2018, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:
a) da base de remuneração regulatória para RBNI/RCDM;
b) dos custos operacionais eficientes;
c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
d) do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas;
e) da aplicação do fator X.

Os Diretores da Companhia informam por meio do Ofício 06/2016-SRM/ANEEL: a ANEEL solicitou às concessionárias dados para atualização do Banco de Preços; (ii) a Companhia liderou junto à ABRATE reuniões com a ANEEL para a elaboração de um modelo viável para o levantamento de informações das empresas; e (iii) Consulta Pública ANEEL 03/2017: validação do modelo de coleta de dados para o banco de preço.

Os Diretores da Companhia informam que, foi aberta a abertura da Audiência Pública nº 031/2018 – AP 031, com período para envio de contribuição de 28/06/2018 a 28/08/2018, por intercâmbio documental, com vistas a obter subsídios com vistas à definição de metodologia para atualizar o Banco de Preços de Referência ANEEL a ser utilizado nos processos de autorização, licitação e revisão das receitas anuais permitidas das concessionárias de transmissão de energia elétrica.

Os Diretores da Companhia informam que foi realizada a AP 41/2017, com vistas a definição dos critérios (BRR, custo operacional eficiente e WACC) que nortearão a RTP 2018.

Os Diretores da Companhia informam que a AP 41/2017 foi dividida em três fases. A primeira referia-se à metodologia para definição da Base de Remuneração Regulatória – BRR. A segunda fase foi dividida em duas etapas, sendo: (i) na primeira etapa apresentada a proposta da ANEEL para valoração dos custos de Operação e

Manutenção – O&M eficientes e a proposta para o valor do WACC regulatório; e (ii) na segunda etapa, os agentes puderam criticar/elogiar a contribuição que os demais agentes apresentaram na etapa anterior. A terceira fase apresentou aprimoramentos quanto a valoração dos custos de O&M e apresentou metodologia para definição de melhorias de pequeno porte.

Os Diretores da Companhia informam que o resultado da primeira fase da AP 041/2017, culminou com a publicação em 30 de maio de 2018, da resolução Normativa nº 816/2018, que aprova o Procedimento de Revisão Tarifária – PRORET 9.1, que trata da definição da BRR.

Os Diretores da Companhia informam que na segunda fase da AP 041/2017 a ANEEL apresentou os aprimoramentos da proposta de regulamentação da revisão tarifária periódica das transmissoras, detalhados a seguir:

Receita operacional regulatória: (i) Escore de eficiência: 104,14% (2ª no *ranking* entre as concessões revisadas); (ii) RAP proposta de R$ 549 milhões (queda de 23,66% em relação a RAP atual).

WACC: (i) aprimoramentos considerados para cálculo do WACC dos leilões não foram refletidos; (ii) coerência na atualização das séries temporais; e (iii) WACC proposto de 6,27% (6,64% atual).

Os Diretores da Companhia informam que na terceira fase da AP 041/2017 a ANEEL apresentou outros aprimoramentos em relação a aqueles apresentados na segunda fase da AP 041/2017, detalhados a seguir:

Receita operacional regulatória: (i) Escore de eficiência: 111,87% (2ª no *ranking* entre as concessões revisadas); (ii) RAP proposta de R$ 606 milhões (queda de 19,08% em relação a RAP atual).

Melhorias de Pequeno Porte: (i) Definição de anuidade para investimento regulatório em melhorias de pequeno porte; (ii) Valor da anuidade para ISA CTEEP definida em R$ 5.501,3 Mil.

Os Diretores da Companhia informam que a ANEEL divulgou documentação acerca da 3ª fase da AP 041/2017, porém a Diretoria Colegiada ainda não a aprovou, como destacamos:

Receita operacional regulatória: (i) Escore de eficiência: 134,07% (1ª no *ranking* entre as concessões revisadas); (ii) RAP proposta de R$ 620 milhões (queda de 17,33% em relação a RAP atual).

Melhorias de Pequeno Porte: (i) Definição de anuidade para investimento regulatório em melhorias de pequeno porte; (ii) Valor da anuidade para ISA CTEEP definida em R$ 10.325,7 Mil.

Os Diretores da Companhia informam que a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 015/2018, com período para envio de contribuição de 17/08/2018 a 30/09/2018, por intercâmbio documental, com vistas a obter subsídios acerca da metodologia e atualização do WACC Regulatório para os segmentos de distribuição, transmissão e geração. A ANEEL ainda não se manifestou acerca das contribuições dos agentes e tampouco emitiu a regulação final, a qual será objeto de aprovação pela Diretoria colegiada da ANEEL.

Os Diretores Companhia informam que a ABRATE solicitou formalmente que o processo de revisão tarifária seja adiado integralmente para 2019, com efeitos retroativos a 2018, haja vista que não há tempo hábil para contratação e execução do laudo de avaliações da Base de Remuneração Regulatória Incremental (BRR). No Voto, que aprova a Resolução Normativa nº 816/2018, de 22 de maio de 2018, publicada em 30 de maio de 2018, o Diretor Relator André Pepitone, justificas os motivos pelos quais a revisão tarifária das transmissoras será prorrogada para 2019, com efeitos retroativos a 2018.

Os Diretores da Companhia informam que em 2018 a participação foi ativa no processo de revisão tarifária. Permanecemos engajados na definição de um valor adequado para a Receita Anual Permitida ("RAP") de Operação e Manutenção, assim como para o Custo Médio Ponderado de Capital ("WACC") dos projetos e da Base de Remuneração Regulatória ("BRR"), para que as empresas tenham condições necessárias para manter a qualidade de suas operações e permanecer investindo.

b) Variações das receitas

Os Diretores da Companhia informam que, de acordo com a legislação vigente e com os Contratos de Concessão, as receitas da Companhia e das Controladas são reajustadas anualmente pela ANEEL de acordo com a variação acumulada dos índices de inflação aplicáveis a cada Contrato de Concessão no ciclo tarifário (IPCA ou IGP-M). As receitas são definidas em moeda corrente nacional e não há correlação com as variações das taxas de câmbio.

Tais receitas referem-se à disponibilização de infraestrutura para a transmissão de energia elétrica e não sofrem modificação em função do volume de energia transportado, podendo ser modificada sem função ou dos novos investimentos resultantes de leilões ou autorizações da ANEEL.

Exercício Social 2018

Em 28 de junho de 2018, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.408, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408, a RAP e valores correspondentes à Parcela de Ajuste (PA) da Companhia (contrato nº 059/2001), líquidas de PIS e COFINS, (denominada Receita Regulatória) que era de R$2.427.811* em 1º de julho de 2017, passou para R$2.421.123* em 1º de julho de 2018, apresentando uma redução de R$ 6.688 equivalente a -0,28%. Sendo 2,89% (R$70.046) do ajuste de IPCA, -0,09% (-R$2.090) da variação da parcela de ajuste, 2,51% (R$60.952) de RAP adicional para novos investimentos e -5,59% (-R$135.596) referente aos ativos RBSE (Portaria MME n° 120/2016 abrangidas pela Lei n° 12.783/2013). Quanto aos ativos RBSE, foram identificados dois efeitos, 0,57% (R$13.807) adicionais relativos aos ajustes dos bens totalmente depreciados e -6,15% (-R$149.403) relativos à linearização dos valores a receber dos ciclos 2018/2019 a 2022/2023. Salientamos que a linearização transforma um fluxo decrescente de receitas em um fluxo constante, considerando o WACC regulatório.

Exercício Social 2017

Em 30 de junho de 2017, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.258, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela

disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, a receita regulatória da Companhia em conjunto com suas controladas, que era de R$1.035.328 em 1 de julho de 2016, passou para R$2.678.991 em 1 de julho de 2017, apresentando um incremento de R$1.643.663 equivalente a 158,76%. Sendo 3,79% (R$39.278) do ajuste de IPCA/IGPM, 0,05% (R$560) da variação da parcela de ajuste, 4,96% (R$51.399) de RAP adicional para novos investimentos e 149,95% (R$1.552.426) adicionais referentes aos ativos do SE que passou a compor a RAP a partir do ciclo 2017/2018 (Portaria MME n° 120/2016 abrangidas pela Lei n° 12.783/2013).

Exercício Social 2016

Em 28 de junho de 2016, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.098, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098, a receita regulatória anual consolidada, que era de R$963.348 em 1 de julho de 2015, passou para R$1.035.328 em 1 de julho de 2016, apresentando um incremento de R$71.980 equivalente a 7,5%. Sendo 9,3% (R$89.339) do ajuste de IPCA/IGPM, negativo em 5,5% (-R$53.141) da variação da parcela de ajuste, 3,7% (R$35.782) de RAP adicional para novos investimentos que entraram em operação e investimentos previstos para entrarem em operação no decorrer do ciclo.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Os Diretores da Companhia informam que a principal fonte de receita da Companhia, a RAP, nos três últimos exercícios sociais, foi proveniente dos Contratos de Uso da Transmissão CUST firmados entre o ONS, na qualidade de procurador das transmissoras, com os usuários da rede básica, (distribuidoras, geradoras e consumidores livres), tendo também importante componente advinda dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT com os usuários conectados às DIT, quando de uso exclusivo.

Os Diretores da Companhia informam que, conforme anteriormente abordado, a Receita Anual Permitida da CTEEP é reajustada anualmente e seus efeitos têm vigência a partir do mês de julho, observada a concatenação com as datas de reajustes das Distribuidoras. No reajuste tarifário anual considera-se a variação acumulada do IPCA/IBGE ou IGP-M/FGV, dos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste (período de junho a maio).

Os Diretores da Companhia informam que o endividamento da Companhia esteve, nos três últimos exercícios sociais, integralmente grafado em reais atrelado às taxas de juros e índice de preços do mercado brasileiro. A elevação destas taxas e índices pode resultar no aumento dos custos e pagamentos do serviço da dívida da Companhia.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2018, as dívidas da Companhia estavam vinculadas aos índices de TJLP, IPCA, CDI e juros pré-fixados.

Em 31 de dezembro de 2018, a participação: (i) do índice CDI no endividamento bruto era 38,79%; (ii) do IPCA no endividamento bruto era 36,98%; (iii) do TJLP no endividamento bruto era 15,53%; e (iv) dos juros pré-fixados no endividamento bruto era 8,69%.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2017, as dívidas da Companhia estavam vinculadas aos índices de TJLP, IPCA, CDI e juros pré-fixados. Em 31 de dezembro de 2017, a participação: (i) do índice CDI no endividamento bruto era 35,66%; (ii) do IPCA no endividamento bruto era 23,94%; (iii) do TJLP no endividamento bruto era 25,46%; e (iv) dos juros pré-fixados no endividamento bruto era 14,95%.

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de dezembro de 2016, as dívidas da Companhia estavam vinculadas aos índices de TJLP, IPCA, CDI e juros pré-fixados. Em 31 de dezembro de 2016, a participação: (i) do índice CDI no endividamento bruto era 33,11%; (ii) do IPCA no endividamento bruto era 16,99%; (iii) do TJLP no endividamento bruto era 36,82%; e (iv) dos juros pré-fixados no endividamento bruto era 13,08%.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que este item não se aplica, pois a Companhia não introduziu e nem alienou segmentos operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Leilões de Transmissão de Energia Elétrica promovidos pela ANEEL

A Companhia arrematou 10 lotes em leilões recentes promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"): 3 lotes referentes ao Leilão ANEEL 013/15 – parte II em outubro de 2016; 5 lotes referentes ao Leilão ANEEL 005/16 em abril de 2017; 2 lotes referentes ao Leilão ANEEL 002/18 em junho de 2018.

Os 10 lotes conquistados constituem 9 subsidiárias, das quais a ISA CTEEP possui controle de 100% do capital social da IE Itaúnas, IE Tibagi, IE Itaquerê, IE Itapura, IE Aguapeí, IE Biguaçu e, em parceria com a TAESA – Transmissão Aliança de Energia Elétrica S.A., 50% do capital social das subsidiárias IE Paraguaçu, IE Aimorés e IE Ivaí.

O CapEx ANEEL referente à participação da ISA CTEEP nos 10 projetos é de R$ 3.831 milhões (data base leilão), com Receita Anual Permitida ("RAP") de cerca de R$448 milhões (data base leilão).

A tabela abaixo sintetiza os ativos conquistados pela Companhia por meio destes leilões:

Lotes adquiridos em leilões de transmissão de energia elétrica

Subsidiária	Região	Participação Acionária	Leilão	Lote	Empreendimento	Quantitativos			Assinatura Contrato de Concessão	DES (Prazo Aneel)	CapEx ANEEL[1] (R$ milhões)	CapEx ANEEL proporcional à participação da ISA CTEEP (R$ milhões)	RAP (Ciclo 18/19)[2] (R$ milhões)	RAP Leilão proporcional à participação daISA CTEEP (R$ milhões)
						Extensão LT (km)	Potência (MVA)	Potência Reativa (Mvar)						
IE Paraguaçu	BA e MG	50% ISA CTEEP/ 50% TAESA	013/2015 Parte II (out-16)	3	LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	338	-	-	10-fev-17	fev/22	R$ 538	R$ 255	R$ 113	R$ 54
IE Aimorés	MG	50% ISA CTEEP/ 50% TAESA	013/2015 Parte II (out-16)	4	LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	208	-	-	10-fev-17	fev/22	R$ 360	R$ 171	R$ 76	R$ 36
IE Itaúnas	ES	100% ISA CTEEP	013/2015 Parte II (out-16)	21	LT 345 kV Viana 2 – João Neiva 2 SE 345/138 kV João Neiva 2 Compensador Estático 345 kV	79	1.197	(-150/+150)	10-fev-17	fev/22	R$ 315	R$ 298	R$ 50	R$ 47
IE Ivaí	ES	50% ISA CTEEP/ 50% TAESA	005/2016 (abr-17)	1	LT Guaíra - Sarandi LT Foz do Iguaçu LT Londrina - Sarandi LT Sarandi – Paranavaí Norte SE Guaíra SE Sarandi SE Paranavaí Norte	1.200	2.988	-	11-ago-17	ago/22	R$ 2.030	R$ 968	R$ 279	R$ 134
IE Tibagi	SP e PR	100% ISA CTEEP	005/2016 (abr-17)	5	LT Nova Porto Primavera - Rosana SE Rosana	36	1.000	-	11-ago-17	ago/21	R$ 141	R$ 135	R$ 19	R$ 18
IE Itaquerê	SP	100% ISA CTEEP	005/2016 (abr-17)	6	SE Araraquara 2 (Compensador Síncrono)	-	-	(-180/+300)	11-ago-17	ago/21	R$ 417	R$ 398	R$ 49	R$ 46
IE Aguapeí	SP	100% ISA CTEEP	005/2016 (abr-17)	29	SE Baguaçu SE Alta Paulista Seccionamentos	111	1.400	-	11-ago-17	ago/21	R$ 631	R$ 602	R$ 56	R$ 54
IE Itapura	SP	100% ISA CTEEP	005/2016 (abr-17)	25	SE Bauru (Compensador Estático)	-	-	(-125/+250)	11-ago-17	fev/21	R$ 132	R$ 126	R$ 11	R$ 11
			002/2018 (jun/18)	10	LT em 500 kV entre Tijuco Preto - Cachoeira Paulista C2 e a SE Lorena LT em 230 kV entre Aparecida - Santa Cabeça C1 e a SE Lorena LT em 230 kV entre Aparecida - Santa Cabeça C2 e a SE Lorena SE 500/230 kV Lorena	12	1.200	-	20-set-18	out/22	R$ 240	R$ 238	R$ 10	R$ 10
IE Biguaçu	SC	100% ISA CTEEP	002/2018 (jun/18)	1	LT 230 kV Biguaçu – Ratones, C1 e C2 SE 230/138 kV Ratones	57	300	-	20-set-18	out/23	R$ 646	R$ 641	R$ 39	R$ 38
			Total	**10**		**2041**	**8085**				**R$5.450**	**R$ 3.832**	**R$702**	**R$ 448**

Nota 1: Valores não ponderados por participação acionária

Nota 2: RAP e Capex ANEEL data base jun/18

Aquisições

A companhia participou de três operações de Aquisição de Ativos.

Operação	Empresa Alvo	Participação Adquirida	Vendedor	Particip. Final ISA CTEEP	Valor da Aquisição (R$ milhões)	Data da Transação
Aquisição de Participação Societária Remanescente	IENNE	50%	Isolux	100%	68	15/set/17
	IENNE	25%	CYMI	100%	33	05/out/17
Ajuste societário em razão da manifestação da TAESA de se retirar do consórcio (Leilão 002/2018)	Biguaçu	50%	TAESA	100%	0,05	24/jul/18
Aquisição de Participação Societária Remanescente	IESUL	50%	Cymi	100%	20	28/set/18

Aquisição de Participação Societária Remanescente da Interligação Elétrica Norte e Nordeste (IENNE)

Em 06 de junho de 2017, a Companhia celebrou com a Isolux Energia e Participações S.A. contrato para a aquisição de 50,00% do capital social da IENNE pelo montante de R$ 68 milhões. Já em 21 de julho de 2017, a Companhia celebrou com a Cymi Construções e Participações S.A contrato para a aquisição de 25,00% do capital social da IENNE pelo montante de R$ 68 milhões. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuíram a transação em 29 de agosto de 2017 e 22 de agosto de 2017, respectivamente. A conclusão da operação e a efetiva aquisição ocorreu em 05 de outubro de 2017. Como resultado, a IENNE passou a ser controlada integralmente pela ISA CTEEP.

Ajuste Societário da Interligação Elétrica Biguaçu

Em junho de 2018, ISA CTEEP e TAESA constituíram o Consórcio Columbia mediante assinatura de Termo de Compromisso para disputar o lote 01 no leilão ANEEL nº 002/2018. A TAESA optou por retirar-se do Consórcio Columbia antes da realização do leilão. Foi constituída a Companhia Interligação Elétrica Biguaçu S.A., que recebeu o contrato de concessão proveniente do Lote 01 arrematado. Desde sua constituição, a Biguaçu está sob administração exclusiva da ISA CTEEP, sendo a participação da TAESA restrita ao cumprimento das obrigações do Termo de Compromisso e obrigações societárias. A efetiva retirada da TAESA do capital social da Biguaçu foi formalizada em 24 de julho de 2018 por meio da assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e da transferência integral da participação da TAESA para a ISA CTEEP, pelo montante de R$ 500. Em 05 de dezembro de 2018 foi publicado Despacho ANEEL nº 2.855 que anuiu à transferência de controle societário.

Aquisição de Participação Societária Remanescente da Interligação Elétrica Sul (IE Sul)

Em 06 de abril de 2018, a Companhia celebrou com a Cymi Construções e Participações S.A contrato para a aquisição de 50,00% menos 1 ação do capital social total da IESUL pelo montante de R$20 milhões. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuíram a transação em abril e junho de 2018, respectivamente. A conclusão da operação e a efetiva aquisição ocorreu em

setembro de 2018. Como resultado da operação, a IESUL passou a ser controlada integralmente pela CTEEP.

Alienação

A companhia participou de apenas uma operação de Alienação de Ativo.

Operação	Empresa Alvo	Participação Vendida	Comprador	Particip. Final ISA CTEEP	Valor da Venda (R$)	Data da Transação
Ajuste societário em razão da manifestação da ISA CTEEP de se retirar do consórcio (Leilão 001/2011)	Extremoz	51%	Chesf	0%	510	14/fev/18

Ajuste Societário Extremoz Transmissora do Nordeste

Em 2011, ISA CTEEP e CHESF constituíram o Consorcio Extremoz mediante assinatura de Termo de Compromisso para disputar o Lote A do leilão ANEEL nº 001/2001. A ISA CTEEP optou por retirar-se do Consórcio Extremoz antes da realização do leilão. Desde sua constituição a Extremoz Transmissora do Nordeste (ETN) está sob administração exclusiva da CHESF, sendo a participação da ISA CTEEP restrita ao cumprimento das obrigações do Termo de Compromisso e obrigações societárias. A efetiva retirada da ISA CTEEP do capital social da ETN foi formalizada em 14 de fevereiro de 2018 por meio da assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e da transferência integral da participação da ISA CTEEP para a CHESF, pelo montante de R$ 510. Em 10 de abril de 2018 foi publicado Despacho ANEEL nº 789 que reconheceu o cumprimento de todas as obrigações regulatórias relacionadas à transferência de controle societário.

c. Eventos ou operações não usuais

Parcela Variável – PV e Adicional à RAP
Os Diretores da Companhia informam que a Resolução Normativa n.º 270, de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV, atribuída às transmissoras, que se caracteriza como um desconto na RAP das transmissoras em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Anteriormente aos descontos pela PV, poderia se sobrepor uma receita adicional pelos ativos com alta disponibilidade, o que foi revogado pela Resolução Normativa (REN) nº 512, de 30 de outubro de 2012, alterou a REN nº 270/07. Os Diretores da Companhia informam que essa Resolução passou por Audiência Pública, sendo revogada e aprimorada pela Resolução Normativa ANEEL n° 729/2016.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os Diretores da Companhia informam que preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

- Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Receita de Infraestrutura - As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão - A receita de remuneração dos ativos da concessão refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando: (a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Os Diretores da Companhia informam que todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados no balanço patrimonial com exceção de arrendamentos mercantis operacionais de veículos, cujos pagamentos mínimos futuros estão divulgados em notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia informam que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.7. em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da companhia; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da companhia em decorrência da operação.

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os diretores da companhia informam que o valor correspondente aos pagamentos mínimos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional de veículos serão registrados em despesa operacional no momento do pagamento.

b. natureza e propósito da operação

Os diretores da companhia informam que a administração da companhia efetuou operações de arrendamento mercantil operacional para veículos considerando, principalmente, sua intenção de substituição desses bens ao término do prazo dos contratos.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os diretores da companhia informam que os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de veículos, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2016
Em milhares de R$			
Até um ano	6.717	4.600	6.511
Mais de um ano até cinco anos	7.464	6.347	893
	14.181	10.947	7.404

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos: (a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos; (b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da companhia; (c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

a. Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos;

Plano de Investimentos de 2018

Os Diretores da Companhia informam que, em 2018, a ISA CTEEP, suas controladas e coligadas, investiram um total de R$ 438,6 milhões sendo (i) R$ 144,4 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia; (ii) R$ 48,8 milhões de investimentos das subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como eventuais melhorias, reforços, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R$ 245,4 milhões de investimento nas subsidiarias pré operacionais com o início das obras de alguns projetos.
Destacam, ainda, a aquisição, por R$ 20 milhões, da participação da Cymi Construções e Participações S.A. na subsidiária IE Sul. A ISA CTEEP passou a deter 100% do capital social da IE Sul.

Plano de Investimentos de 2017

Os Diretores da Companhia informam que, em 2017, a ISA CTEEP, suas controladas e coligadas, investiram um total de R$ 268,7 milhões sendo (i) R$ 209,4 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia; (ii) R$ 48 milhões de investimentos das subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como eventuais melhorias, reforços, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R$ 11,8 milhões de investimento nas subsidiarias pré operacionais.

Destacam, ainda, a aquisição, por R$ 101 milhões, da participação da ISOLUX e da CYMI na subsidiária IENNE. A ISA CTEEP passou a deter 100% do capital social da IENNE.

Plano de Investimentos de 2016

Os Diretores da Companhia informam que, em 2016, a ISA CTEEP, suas controladas e coligadas, investiram um total de R$ 191,8 milhões sendo (i) R$ 119,9 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia; (ii) R$ 36 milhões de investimentos das subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como eventuais melhorias, reforços, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R$ 35 milhões em capitalização de pessoal, projetos corporativos e de telecomunicação.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia informam que este item não se aplica, pois a Companhia não realizou ou pretende realizar desinvestimentos relevantes.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia arrematou 10 lotes em leilões recentes promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"): 3 lotes referentes ao Leilão ANEEL 013/15 – parte II em outubro de 2016; 5 lotes referentes ao Leilão ANEEL 005/16 em abril de 2017; 2 lotes referentes ao Leilão ANEEL 002/18 em junho de 2018.

Os 10 lotes conquistados constituem 9 subsidiárias, das quais a ISA CTEEP possui controle de 100% do capital social da IE Itaúnas, IE Tibagi, IE Itaquerê, IE Itapura, IE Aguapeí, IE Biguaçu e, em parceria com a TAESA – Transmissão Aliança de Energia Elétrica S.A., 50% do capital social das subsidiárias IE Paraguaçu, IE Aimorés e IE Ivaí.

O CapEx ANEEL referente à participação da ISA CTEEP nos 10 projetos é de R$ 3.831 milhões (data base leilão), com Receita Anual Permitida ("RAP") de cerca de R$448 milhões (data base leilão).

Adicionalmente, a Companhia adquiriu a participação societária remanescente da Interligação Elétrica Norte e Nordeste (IENNE) em 2017 e passou a deter 100% de seu capital social. Em 2018, a Companhia adquiriu a participação societária remanescente da Interligação Elétrica Sul (IE Sul) e passou a deter 100% de seu capital social. Maiores detalhes no item 10.3.b desse documento.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia enfatizam que, em 2018, a Companhia investiu R$ 9,42 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento.

Os Diretores da Companhia informam que, dentro desta atuação, destacam-se os projetos que visam contribuir para o setor elétrico, em temas atuais e relevantes como:

(i) Gestão de Ativos: o projeto tem como objetivo aprimorar a forma de planejar, executar projetos, operar e manter seus ativos, até seu descarte, com base na metodologia suportada pelas Normas ABNT BR ISO55000 e PAS55, de forma a otimizar a vida útil desses ativos e maximizar a rentabilidade da Companhia, considerando a infraestrutura atual e futura;

(ii) Armazenamento de Energia: o objetivo do projeto é desenvolver a eletrônica de potência e o controle de sistema de armazenamento de energia para o fornecimento de serviços ancilares à rede elétrica, com elevada penetração de geração intermitente e propor requisitos regulatórios para a integração desses sistemas ao sistema elétrico e que também tornem atrativos os investimentos nesta tecnologia.

(iii) Implantação de drones para inspeção: o projeto tem como objetivo desenvolver metodologias para inspeção de linhas, torres e subestações utilizando drones e sistemas de reconhecimento de imagem. O projeto já foi capaz de obter ganhos como o fim das escaladas de torres para inspeção com o treinamento mais de 70 colaboradores da empresa para a operação dos novos equipamentos.

(iv) Geração Distribuída: é uma iniciativa estratégica para estruturar um modelo de negócio para explorar a solução de geração distribuída aproveitando a sinergia dos ativos de transmissão da ISA CTEEP no Brasil.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram tratados nos itens anteriores.

11. ANEXO B – ITEM 9-1-II DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – RESULTADO DO LUCRO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto no § 1º do Art. 9 da Instrução CVM nº 481/2009, abaixo disponibilizamos as informações relacionadas à proposta de destinação no lucro líquido do exercício, nos temos do Anexo 9-1-II da ICVM 481:

1 - Informar o lucro líquido do exercício.
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou lucro líquido no montante de R$ 1.881.668 mil (um bilhão, oitocentos e oitenta e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil).

2 - Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
Os proventos já declarados, durante o exercício de 2018 foi de R$ 1.985.307 mil, correspondendo ao valor por ação de: R$ 12,052554.

3 - Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
O valor dos proventos, em valores absolutos, totaliza 105,51% do lucro líquido, superior ao valor mínimo obrigatório, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

4 - Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
A Companhia distribuiu dividendos com base na reserva de lucro no montante de R$760.307 mil, correspondendo ao valor de R$4,615728 por ação de ambas as espécies.

5 - Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: (a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe. (b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio. (c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio. (d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Deduzindo-se os dividendos e juros sobre capital próprio já declarados e pagos no valor de R$1.985.307 mil, conforme demonstrado no item 2 acima, a Companhia não prevê em suas Demonstrações Financeiras de 2018 pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais, motivo pelo qual entende não ser aplicável este item.

6 - Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprios já declarados.
Em 03/12/2018, o Conselho de Administração deliberou o pagamento de proventos no montante total R$1.225.000 mil, na forma de:

(i) Dividendos intermediários no montante de R$ R$ 633.000 mil, correspondentes a R$ 3,842866 por ação de ambas as espécies.

(ii) Juros sobre capital próprio no montante de R$ 592.000 mil, correspondentes a R$ 3,593960 por ação de ambas as espécies

b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Os proventos deliberados em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 03/12/2018, no montante total R$1.225.000 mil foram pagos em 17/12/2018.

7 - Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício nos 3 (três) exercícios anteriores

R$/ação para ambas as espécies – tanto ordinárias como preferenciais

2018*	2017*	2016*
11,42337	8,28985	30,20956

* lucro básico por ação conforme CPC 41

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

R$/ação para ambas as espécies – tanto ordinárias como preferenciais

	2018	2017	2016
Dividendo	8,458594	3,552032	1,502543
JCP	3,593960	-	-

8 - Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado a reserva legal

O valor destinado é de R$ 94.083 mil.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% foram aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social integralizado, por força do disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/56 e nos termos do artigo 36º do Estatuto Social da Companhia.

9 - Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O Estatuto Social (art. 36º) prevê que será destinado para o pagamento de dividendo preferencial atribuído às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre essa espécie de ações, o maior valor entre R$ 218.460.960,36 e 25% do lucro líquido de exercício, com prioridade no recebimento de dividendos correspondentes a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e acrescido do direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias.

O Estatuto Social (art. 36º) prevê que do saldo, após a dedução do dividendo preferencial, será destinado para o pagamento de dividendo obrigatório às ações ordinárias, a ser rateado entre essa espécie de ações, o maior valor entre R$ 140.541.082,33 e o mesmo 25% do lucro líquido do exercício diminuído das importâncias destinadas à constituição das reservas.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro do exercício foi suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
Não há parcela não paga cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
Não aplicável em razão da Companhia não possuir classes de ações preferenciais.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
Não aplicável em razão da Companhia não possuir classes de ações preferenciais.

10 - Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
O Art. 36 do Estatuto Social da Companhia prevê:

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria e o Conselho de Administração apresentarão, à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei 6.404/76, conforme o disposto no § 1º deste artigo, e observada a seguinte ordem:

I. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;

II. do saldo, será destinado para o pagamento de dividendo preferencial atribuído às ações preferenciais, a ser rateado igualmente entre essa espécie de ações, o maior valor entre R$ 218.460.960,36 (duzentos e dezoito milhões, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e sessenta reais e trinta e seis centavos) e 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício (diminuído das importâncias destinadas à constituição das reservas acima previstas), com prioridade no recebimento de dividendos correspondentes a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação e acrescido do direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias, depois de assegurado a estas o dividendo igual ao mínimo obrigatório estabelecido no inciso III deste artigo;

III. do saldo, após a dedução do dividendo preferencial previsto no inciso II, acima, será destinado para o pagamento de dividendo obrigatório às ações ordinárias, a ser rateado entre essa espécie de ações, o maior valor entre R$ 140.541.082,33 (cento e quarenta milhões, quinhentos e quarenta e um mil, oitenta e dois reais e trinta e três centavos) e o mesmo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício previsto no inciso II, acima, diminuído das importâncias destinadas à constituição das reservas acima previstas.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente
Sim. Nos últimos 3 (três) exercícios, o montante distribuído de dividendos foi superior ao mínimo obrigatório.

c) Informar o montante eventualmente retido
Não aplicável em razão da Companhia distribuir dividendos em percentual superior ao dividendo mínimo obrigatório.

11 - Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia: a) informar o montante da retenção; b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos e c) justificar a retenção dos dividendos
Não aplicável.

12 - Havendo destinação de resultado para reserva de contingências: a) identificar o montante destinado a reserva; b) identificar a perda considerada provável e sua causa; c) explicar porque a perda foi considerada provável e d) justificar a constituição da reserva
Não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13 - Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar
Ainda que a parcela realizada do lucro líquido do exercício tenha sido suficiente para o pagamento do dividendo obrigatório, há saldo de lucros a ser realizado no futuro, razão pela qual a Companhia propõe a destinação, no exercício de 2018, do valor de R$62.415 mil para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Considerando que os impactos dos valores do Sistema Existente (SE), ajustes da aplicação do ICPC01 R1, do CPC nº47 e os ajustes de equivalência patrimonial não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração propõe a destinação do resultado destas operações para reserva especial de lucros a realizar, a qual será realizada após o término do exercício social de 2018.
A alocação dos valores a essa reserva, criada no exercício de 2016, justifica-se na medida em que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 247/1996 para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

14 - Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
Do saldo, após a dedução do dividendo obrigatório previsto no inciso III do artigo 36º do Estatuto Social, até 20% do lucro líquido do exercício após a dedução da reserva legal será destinado para a formação de reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social, sem prejuízo de outras limitações legais. As finalidades da reserva estatutária serão: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios.

b) Identificar o montante destinado a reserva
Foi destinado R$ 357.517 mil a reserva estatutária.

c) Descrever como o montante foi calculado

Limite para constituição da Reserva Estatutária: Capital social (R$ 3.590.020 mil)

R$ mil	Constituição Reserva Estatutária
Lucro Líquido	1.881.668
Reserva legal (5% Lucro Líquido)	(94.083)
Saldo para reserva estatutária	1.787.585
Reserva Estatutária (20% do saldo)	**357.517**

15 - Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital: a) identificar o montante da retenção; b) fornecer cópia do orçamento de capital

A Companhia reteve no exercício de 2018 o montante de R$ 143.670 mil.

R$ mil	Orçamento de Capital 2019
Fontes	1.695.565
Aplicações	(2.368.834)
Líquido	(673.268)

16 - Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) informar o montante destinado a reserva e b) explicar a natureza da destinação

Não aplicável em razão da Companhia não destinar parcela do resultado para a reserva de incentivos fiscais.

12. Anexo C - Item 13 do Formulário de Referência - Remuneração dos Administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A Companhia adota critérios de remuneração e reajustes da Diretoria baseados nas responsabilidades dos respectivos cargos, no nível de competitividade da Companhia e nas práticas de mercado, aferidos por pesquisas de consultorias especializadas em remuneração do setor elétrico. A prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal visa contratar e garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia, levando em conta, por exemplo, sua capacitação e os resultados que atinge na Companhia. A última pesquisa salarial, elaborada pela Korn Ferry, foi apresentada à Companhia em janeiro de 2018.Os valores globais de remuneração da Administração e do Conselho Fiscal são definidos em Assembleia Geral de Acionistas e individualizados posteriormente pelo Conselho de Administração. Os membros dos Comitês de Auditoria e de Remuneração não são remunerados pelo exercício de seus cargos nos respectivos Comitês.

b. Composição da Remuneração:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração
Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, não recebendo qualquer remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a qualquer tipo de benefício.

Diretoria
Os membros da Diretoria recebem como remuneração variável um montante calculado a partir do desempenho dos indicadores do QGI (Quadro Gestão Integral), definido anualmente pelo Conselho de Administração.

Além da remuneração acima descrita, os membros da Diretoria fazem jus aos seguintes benefícios: vale refeição e alimentação, seguro de vida, previdência privada, assistência médica, assistência odontológica e veículo executivo com motorista.

Os benefícios concedidos têm por objetivo garantir a permanência dos profissionais de grande qualificação na administração da Companhia. Para tanto, busca-se atrair e reter os profissionais com real capacidade para atender as necessidades e prioridades da Companhia.

A remuneração variável é composta por bônus de curto e de longo prazo e tem por objetivo recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia.
A Companhia não possui diretores não estatutários.

Conselho Fiscal

A prática de remuneração dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia está de acordo com a legislação existente. Assim, conforme dispõe a Lei de Sociedade por Ações, os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor médio pago anualmente aos Diretores da Companhia. Os membros suplentes do Conselho Fiscal da Companhia somente farão jus a remuneração quando substituírem o membro efetivo em alguma reunião.

Comitê de Auditoria Interna e Comitê de Remuneração

O Comitê de Auditoria Interna e o Comitê de Remuneração são compostos por membros do Conselho de Administração, os quais não fazem jus ao recebimento de remuneração adicional por sua participação nos mencionados Comitês da Companhia.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

31 de dezembro de 2018			
Órgão	Remuneração Fixa	Benefícios[1]	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	0%	0%
Diretoria Estatutária	50%	22%	28%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%

[1] O percentual referente aos benefícios engloba benefícios diretos, indiretos e pós-emprego.

31 de dezembro de 2017			
Órgão	Remuneração Fixa	Benefícios[1]	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	0%	0%
Diretoria Estatutária	50%	22%	28%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%

[1] O percentual referente ao enefícios engloba benefícios diretos, indiretos e pós-emprego.

31 de dezembro de2016			
Órgão	Remuneração Fixa	Benefícios[1]	Remuneração Variável
Conselho de Administração	100%	0%	0%
Diretoria Estatutária	50%	26%	24%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%

[1] O percentual referente aos benefícios engloba benefícios diretos, indiretos e pós-emprego

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal é definido em Assembleia Geral. A remuneração e o reajuste da remuneração são baseados nas práticas do mercado, aferidas por meio de pesquisas fornecidas por consultorias especializadas em remuneração, as quais comparam os cargos similares com a remuneração fixa praticada, benefícios concedidos e montante da remuneração variável.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal, bem como dos Diretores, é estabelecida de acordo com: (i) as responsabilidades dos respectivos cargos; (ii) as práticas de mercado; e (iii) o nível de competitividade da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo Emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que todos os membros da administração da Companhia são remunerados pelo exercício de suas funções.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para 2019, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho, apenas as práticas de mercado. A remuneração variável dos Diretores considera o desempenho de indicadores relevantes para a estratégia da Companhia. Para 2019, os indicadores considerados para aferição da remuneração variável são: EBITDA, PMSO (Pessoas, Materiais, Serviços e Outros), Frequência de Acidentes (quadro próprio e de terceiros), Energia Não Suprida, Cumprimento Custo Ponderado de Projetos, Avanço Físico Ponderado de Projetos e Cumprimento dos entregáveis das iniciativas estratégicas.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Para refletir a evolução dos indicadores de desempenho, a Companhia tem como prática o pagamento de parcela da remuneração dos Diretores como remuneração variável conforme mencionado no item 13.1 (c) acima. Por sua vez, a remuneração global do Conselho de Administração é fixada em Assembleia Geral. Por fim, a remuneração do Conselho Fiscal está de acordo com o mínimo exigido em lei, 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a Diretoria.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca, por meio da prática de adoção de salários e benefícios compatíveis com o mercado, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em seu quadro de colaboradores profissionais incentivados e comprometidos com a sua estratégia de crescimento sustentável e com seu plano de negócios.
Os objetivos da prática de remuneração são categorizados da seguinte forma:
(a) Curto prazo: o alinhamento se dá mediante pagamento de remuneração fixa;

(b) Médio prazo: o alinhamento se dá através de metas definidas para o ano e o pagamento da remuneração variável de curto prazo.

(c) Longo prazo: o alinhamento se dá através de metas corporativas que resultam no pagamento da remuneração variável de longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos
Não há pagamento de remuneração suportada por subsidiárias ou qualquer outra controlada ou controlador a qualquer membro do Conselho e/ou Diretoria da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor
A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
O Comitê de Remuneração apresenta proposta para o Conselho de Administração contemplando o montante geral da remuneração prevista para os membros do Conselho de Administração e para os Diretores.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
A ISA CTEEP baseia a remuneração dos seus diretores nas práticas de mercado e para isso, participa periodicamente das pesquisas salariais do setor elétrico.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor
O Conselho de Administração avalia a adequação da prática de remuneração através de pesquisas de mercado, a cada biênio.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação ao exercício atual e aos 3 últimos exercícios sociais

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	10,00	5,00	5,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.200.000,00	4.750.674,00	480.000,00	6.190.674,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.159.073,68	0,00	1.159.073,68
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	615.442,40	0,00	615.442,40
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS (8%)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.942.356,00	0,00	2.942.356,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	380.053,92	0,00	380.053,92
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	
Total da remuneração	1.200.000,00	9.847.600,00	480.000,00	11.527.600,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,67	5,00	5,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	926.333,33	4.203.444,00	480.000,00	5.609.777,33
Benefícios direto e indireto	0,00	1.093.112,54	0,00	1.093.112,54
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	336.275,52	0,00	336.275,52
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS (8%)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0	0,00	0
Participação de resultados	0,00	2.303.971,14	0,00	2.303.971,14
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	372.992,48	0,00	372.992,48
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	
Total da remuneração	926.333,33	8.309.795,68	480.000,00	9.716.129,01

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,83	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,83	5,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.080.000,00	3.584.690,97	480.000,00	5.144.690,67
Benefícios direto e indireto	0,00	1.048.284,66	0,00	1.048.284,66
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	297.671,41	0,00	297.671,41
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS (8%)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	136.202,00	0,00	136.202,00
Participação de resultados	0,00	1.861.003,06	0,00	1.861.003,06
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	263.087,28	0,00	263.087,28
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada orgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada orgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada orgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	
Total da remuneração	1.080.000,00	7.190.939,08	480.000,00	8.750.939,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	4,00	5,00	17,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	807.600,00	2.847.111,00	446.000,00	4.100.711,00
Benefícios direto e indireto	0,00	1.028.600,00	0,00	1.028.600,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	277.769,00	0,00	277.769,00
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1,391.088,00	0,00	1,391.088,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	227.769,00	0,00	227.769,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	Os números de membros de cada órgão foram apurados da forma especificada do ofício circular CVM/SEP/nº2/2018	
Total da remuneração	807.600,00	5.722.337,00	446.000,00	6.975.937,00

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

A Companhia não paga, nem pagou nos últimos 3 (três) exercícios sociais, remuneração variável para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Apenas os Diretores receberam remuneração variável nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente, conforme discriminado abaixo:

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente 31/12/2019

2019	**Diretoria Estatutária**
Número de membros	**5**
Número de membros remunerados	**5**
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.942.356,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**2.942.356,00**
Valor efetivamente reconhecido	Não aplicável
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**0**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**0**
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R$)	**0**

Observação: Para o exercício de 2019, a Companhia não possui garantias de pagamento de Bônus. Caso os resultados não sejam atingidos, não haverá pagamento, assim como caso os resultados sejam superados o valor máximo a ser pago será igual ao valor previsto.

Remuneração Variável exercício social encerrado em 31/12/2018

2018	**Diretoria Estatutária**
Número de membros	**5**
Número de membros remunerados	**5**
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	525.402,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	**525.402,00**
Valor efetivamente reconhecido	0
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**0**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**2.444.550,50**
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R$)	**2.444.550,50**
Valor efetivamente reconhecido	**2.303.971,14**
Observação: Para o exercício de 2018, a Companhia não possui garantias de pagamento de PLR ou Bônus. Caso os resultados não sejam atingidos, não haverá pagamento, assim como caso os resultados sejam superados o valor máximo a ser pago será igual ao valor previsto.	

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017

2017	**Diretoria Estatutária**
Número de membros	4,83
Número de membros remunerados	4,83
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	136.202,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	136.202,00
Valor efetivamente reconhecido	136.202,00
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.101.635,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R$)	2.101.635,00
Valor efetivamente reconhecido	1.861.003,06
Observação: Para o exercício de 2017 a Companhia não possuía garantias de pagamento de PLR ou Bônus. Caso os resultados não fossem atingidos, não haveria pagamento, assim como caso os resultados fossem superados o valor máximo a ser pago seria igual ao valor previsto.	

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2016

2016	**Diretoria Estatutária**
Número de membros	**4,00**
Número de membros remunerados	**4,00**
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não aplicável
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não aplicável
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	Não aplicável
Valor efetivamente reconhecido	Não aplicável
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**0**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**2.250.000**
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas (R$)	**2.250.000**
Valor efetivamente reconhecido (R$)	**1.391.088**
Observação: Para o exercício de 2016 a Companhia não possuía garantias de pagamento de PLR. Caso os resultados não fossem atingidos, não haveria pagamento, assim como caso os resultados fossem superados o valor máximo a ser pago seria igual ao valor previsto. Ainda, neste exercício, não existiu programa de bônus.	

13.4 Informações relacionadas ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:
A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, portanto, tal item não é aplicável.

13.5. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária
A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, portanto, tal item não é aplicável.

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária
A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, portanto, tal item não é aplicável.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária
A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, portanto, tal item não é aplicável.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5. a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções
A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações, portanto, tal item não é aplicável.

13.9. Quantidade de ações ou contas diretamente ou indiretamente detidas, no brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de ações	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
ISA CTEEP	-	1.000	-	-	-	

13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Somente os membros da Diretoria Estatutária têm direito ao plano de previdência privada, conforme descrito na tabela abaixo:

a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	5
c. Número de membros remunerados	5
d. Nome do plano	PGBL/VGBL
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1
f. Condições para se aposentar antecipadamente	Invalidez total e permanente do participante: antes do início do recebimento do benefício de aposentadoria, o participante poderá resgatar 100% (cem por cento) da reserva matemática ou optar por renda mensal de 12 (doze) parcelas ao ano
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 1.038.254,81
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 372.992,48
i. possibilidade de resgate antecipado e suas condições	Há possibilidade de resgate, conforme regulamento do plano. O participante poderá, a qualquer momento, respeitando a carência de 6 (seis) meses tanto, efetuar o resgate de até 100% (cem por cento) da conta participante, excetuando-se os recursos oriundos de portabilidade constituídos em plano de benefícios administrado por Entidade fechada de previdência complementar. O participante poderá, respeitada a carência de 24 (vinte e quatro) meses de tempo de empresa, efetuar resgate de até 100% (cem por cento) das contas empresa e complementar empresa, desde que observada a carência da Resolução CNSP nº 139 de 30/12/2005, que estabelece que os recursos correspondentes a cada uma das contribuições da pessoa jurídica no plano de previdência somente poderão ser resgatados após período de carência de um ano civil completo, contado a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro do ano subsequente ao da contribuição. Em caso de qualquer resgate parcial, o valor da renda contratada será recalculada em função da reserva matemática de benefícios a conceder constituída à época da solicitação da renda. O valor do resgate parcial não poderá ser inferior a 1(um) salário mínimo

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária				Conselho de Administração				Conselho Fiscal			
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	
Nº de membros	5,00	4,83	4,00		7,67	8,00	8,00		5,00	5,00	5,00	
Nº de membros remunerados	5,00	4,83	4,00		7,67	8,00	8,00		5,00	5,00	5,00	
Valor da maior remuneração(Reais)	2.819.398,07	2.222.990,53	1.947.496,00		120.000,00	150.000,00	110.400,00		96.000,00	96.000,00	89.200,00	
Valor da menor remuneração(Reais)	1.112.870,76	1.206.348,61	1.293.600,00		120.000,00	120.000,00	85.200,00		96.000,00	96.000,00	89.200,00	
Valor médio da remuneração(Reais)	1.661.959,14	1.488.807,26	1.430.584,25		120.000,00	135.000,00	100.950,00		96.000,00	96.000,00	89.200,00	

Observações

Diretoria Estatutária

31/12/2018	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Todos os membros da Diretoria permaneceram 12 meses no cargo do período em referência.
31/12/2017	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Todos os membros da Diretoria permaneceram 12 meses no cargo do período em referência (exceto por 2, que permaneceram apenas por 5 meses). Os valores de remuneração mínima dos membros da Diretoria foram apurados com a exclusão dos membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses, em linha com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2018.
31/12/2016	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os membros da Diretoria permaneceram 12 meses no cargo do período em referência (exceto por 1, que permaneceu por 7 meses, e por outro, que permaneceu 5 meses). Os valores de remuneração mínima dos membros da Diretoria foram apurados com a exclusão dos membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses, em linha com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2018.

Conselho de Administração

31/12/2018	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Todos os membros do Conselho de Administração permaneceram 12 meses no cargo do período em referência (exceto 1, que permaneceu apenas por 1 mês, e outro, que permaneceu por 6 meses; os substitutos permaneceram por 11 e 6 meses, respectivamente). Os valores de remuneração mínima dos membros do Conselho de Administração foram apurados com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses, em linha com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2018.
31/12/2017	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Todos os membros do Conselho de Administração permaneceram 12 meses no cargo do período em referência (exceto por 1, que permaneceu apenas por 3 meses, e por outro, que permaneceu 9 meses). Os valores de remuneração mínima dos membros do Conselho de Administração foram apurados com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses, em linha com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2018.
31/12/2016	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os membros do Conselho de Administração permaneceram 12 meses no cargo do período em referência (exceto por 1, que permaneceu apenas por 4 meses, e por outro, que permaneceu 8 meses). Os valores de remuneração mínima dos membros do Conselho de Administração foram apurados com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses, em linha com o disposto no Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2018.

Conselho Fiscal

31/12/2018	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os membros do Conselho Fiscal permaneceram 12 meses no cargo do período em referência.
31/12/2017	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os membros do Conselho Fiscal permaneceram 12 meses no cargo do período em referência (exceto por 3, que permaneceram por 3 meses, e por outros 3, que permaneceram por 9 meses). Os valores de remuneração mínima dos membros do Conselho Fiscal foram apurados com a exclusão de todos os membros do respectivo órgão que exerceram o cargo por menos de 12 meses, em linha com o disposto no Oficio Circular CVM/SEP nº 02/2018.
31/12/2016	O número de membros equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM. Os membros do Conselho Fiscal permaneceram 12 meses no cargo do período em referência.

13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não tem arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	10%	85%	5%

Exercício Social encerrado em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	12%	82%	6%

Exercício Social encerrado em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	12%	82%	6%

13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Este item não é aplicável, pois os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria não são remunerados por quaisquer outras funções que não as que ocupam.

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor:

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas e coligadas, como remuneração de cargos ocupados na Companhia de seus membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal.

13.16 Outras informações que a companhia julgar relevantes

Todas as informações pertinentes ao presente item foram divulgadas.

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA de 04/04/2019

Nome do Acionista

CNPJ ou CPF do acionista

E-mail

Orientações de preenchimento

Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância em ocasião desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Desta forma, os acionistas com poder de voto poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da referida Assembleia Geral: (i) para prestadores de serviços aptos, ou (ii) diretamente à Companhia, conforme orientações abaixo.
O envio do Boletim de Voto a Distância enviado diretamente a ISA CTEEP deverá ocorrer em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral.
A ISA CTEEP, em até 3 dias contados do recebimento do boletim de voto a distância, comunicará ao acionista (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância proferido.
O Boletim de Voto a Distância que não estiver de acordo com as especificações citadas e não for retificado não será considerado válido e, consequentemente, não será realizado o cômputo dos votos nele contidos.
Durante o período de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto, de modo que será considerada válida a última instrução de voto recebida pela Companhia, contanto que atenda aos requisitos de apresentação da documentação necessária e cumpra o prazo de recebimento.
Terminado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as Instruções de Voto já enviadas.
O acionista deverá participar presencialmente da Assembleia Geral caso considere necessária a alteração do voto realizado.
Em caso de divergência entre o recebimento de Boletim de Voto a Distância enviado diretamente para a Companhia e a Instrução de Voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo Banco Escriturador para um mesmo número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), caso ocorra, deverá prevalecer a Instrução de Voto recebida pelo Banco Escriturador, conforme previsto pela Instrução CVM nº 481.
Os trâmites cabíveis para envio da instrução de voto a distância ao Agente de Custódia devem ser verificados com o respectivo agente.

Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante

Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância em ocasião desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Desta forma, os acionistas com poder de voto poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da referida Assembleia Geral: (i) para prestadores de serviços aptos, ou (ii) diretamente à Companhia, conforme orientações abaixo:

Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia

O acionista pode optar por exercer o direito de voto a distância mediante o envio do: (i) Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, (ii) cópia do documento de identidade digitalizado e (iii) comprovante da titularidade das ações, diretamente perante a ISA CTEEP, com envio para o seguinte endereço: CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, Rua Casa do Ator 1.155, 9º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04546-004, A/C: Gerência de Relações com Investidores.

O acionista também pode optar por exercer o direito de voto a distância mediante o envio ao e-mail ri@isacteep.com.br dos seguintes documentos: (i) Boletim de Voto a Distância digitalizado devidamente preenchido, (ii) cópia do documento de identidade digitalizado e (iii) comprovante da titularidade das ações.

Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato

A escrituração das ações da ISA CTEEP é realizada pelo Banco Itaú. O acionista, que possua ações que não estejam depositadas em depositário central, poderá encaminhar sua instrução de voto a distancia por meio do Banco Itaú, devendo: realizar cadastro no site do Itaú Securities Services Assembleia Digital, (ii) possuir certificado digital (público ou privado), e em caso de Pessoa Jurídica enviar documentação e procuração para comprovação de poderes. Demais dúvidas quanto ao uso do sistema deverão ser tratados com o próprio Banco Itaú.

Banco Itaú

https://assembleiadigital.comprova.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA de 04/04/2019

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades).

Deliberações / Questões relacionadas à AGO

Deliberação Simples

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

2. Aprovar a destinação do lucro líquido e a distribuição dos dividendos do exercício social de 2018.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Eleição do conselho fiscal por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 3

3. Indicação de candidatos ao conselho fiscal (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral)

Ricardo Lopes Cardoso / João Henrique de Souza Brum

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Manuel Domingues de Jesus e Pinho / Luiz Flávio Cordeiro da Silva

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Flavio Cesar Maia Luz / João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Eleição do conselho fiscal em separado - Ordinárias

4. Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas minoritários detentores de ações com direito a voto (o acionista deverá preencher este campo caso tenha deixado o campo de eleição geral em branco)

Paula Prado Rodrigues Couto / Eduardo da Costa Ramos

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Eleição do conselho fiscal em separado - Preferenciais

5. Indicação de candidatos ao conselho fiscal por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito

Felipe Baptista da Silva / Luiz Alberto Meirelles Baleiro Barreiro Júnior

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Questão Simples

6. Deseja requerer a adoção do voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/76?

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA de 04/04/2019

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Eleição do conselho de administração por candidato - Limite de vagas a serem preenchidas: 6

7. Indicação de candidatos ao conselho de administração (o acionista poderá indicar tantos candidatos quanto for o número de vagas a serem preenchidas na eleição geral)

Bernardo Vargas Gibsone

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Fernando Augusto Rojas Pinto

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

César Augusto Ramírez Rojas

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

José Andrés Romero Tarazona

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Ana Milena López Rocha

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Gustavo Carlos Marin Garat

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

8. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos candidatos que você escolheu? [Caso o acionista opte por “abster-se” e a eleição ocorra pelo processo de voto múltiplo, seu voto deve ser computado como abstenção na respectiva deliberação da assembleia.]

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

9. Visualização de todos os candidatos para indicação da % (porcentagem) dos votos a ser atribuída

Bernardo Vargas Gibsone [ ] %

Fernando Augusto Rojas Pinto [ ] %

César Augusto Ramírez Rojas [ ] %

José Andrés Romero Tarazona [ ] %

Ana Milena López Rocha [ ] %

Gustavo Carlos Marin Garat [ ] %

Eleição do conselho de administração em separado - Preferenciais

10. Indicação de candidatos ao conselho de administração por acionistas detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito (o acionista deverá preencher este campo caso tenha deixado o campo de eleição geral em branco e seja titular ininterruptamente das ações com as quais vota durante os 3 meses imediatamente anteriores à realização da assembleia geral)

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGO - CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA de 04/04/2019

Marcos Simas Parentoni

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

11. Caso se verifique que nem os titulares de ações com direito a voto nem os titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito perfizeram, respectivamente, o quórum exigido nos incisos I e II do § 4o do art. 141 da Lei nº 6.404, de 1976, você deseja que seu voto seja agregado aos votos das ações com direito a voto a fim de eleger para o conselho de administração o candidato com o maior número de votos dentre todos aqueles que, constando deste boletim de voto a distância, concorrerem à eleição em separado?

[ ] Sim [ ] Não [ ] Abster-se

Deliberação Simples

12. Propõe-se à Assembleia Geral a aprovação da remuneração global para o período de abril /2019 a março/2020 dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia em até R$ 11.047.600,00, dos quais R$ 1.200.000,00 destinam-se aos honorários do Conselho de Administração e R$ 9.847.600,00 à remuneração da Diretoria Estatutária.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

13. Propõe-se à Assembleia Geral a aprovação da remuneração global para o período de abril/2019 a março/2020 dos membros efetivos do Conselho Fiscal em até R$ 480.000,00, adicionalmente ao reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função.

A remuneração apresentada na proposta de 2018 foi de até R$ 480.000,00. Em relação a estes valores, foi efetivamente realizado pela Companhia no exercício de 2018 o valor de R$ 480.000,00.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Cidade :_____

Data :_____

Assinatura :_____

Nome do Acionista :_____

Telefone :_____

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGE - CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA de 04/04/2019

Nome do Acionista
CNPJ ou CPF do acionista
E-mail
Orientações de preenchimento Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância em ocasião desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Desta forma, os acionistas com poder de voto poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da referida Assembleia Geral: (i) para prestadores de serviços aptos, ou (ii) diretamente à Companhia, conforme orientações abaixo. O envio do Boletim de Voto a Distância enviado diretamente a ISA CTEEP deverá ocorrer em até 7 dias antes da data da Assembleia Geral. A ISA CTEEP, em até 3 dias contados do recebimento do boletim de voto a distância, comunicará ao acionista (i) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto a distância proferido. O Boletim de Voto a Distância que não estiver de acordo com as especificações citadas e não for retificado não será considerado válido e, consequentemente, não será realizado o cômputo dos votos nele contidos. Durante o período de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto, de modo que será considerada válida a última instrução de voto recebida pela Companhia, contanto que atenda aos requisitos de apresentação da documentação necessária e cumpra o prazo de recebimento. Terminado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as Instruções de Voto já enviadas. O acionista deverá participar presencialmente da Assembleia Geral caso considere necessária a alteração do voto realizado. Em caso de divergência entre o recebimento de Boletim de Voto a Distância enviado diretamente para a Companhia e a Instrução de Voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo Banco Escriturador para um mesmo número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), caso ocorra, deverá prevalecer a Instrução de Voto recebida pelo Banco Escriturador, conforme previsto pela Instrução CVM nº 481. Os trâmites cabíveis para envio da instrução de voto a distância ao Agente de Custódia devem ser verificados com o respectivo agente.
Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante Conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 481, a Companhia adotará o sistema de votação a distância em ocasião desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Desta forma, os acionistas com poder de voto poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da referida Assembleia Geral: (i) para prestadores de serviços aptos, ou (ii) diretamente à Companhia, conforme orientações abaixo:
Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia O acionista pode optar por exercer o direito de voto a distância mediante o envio do: (i) Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, (ii) cópia do documento de identidade digitalizado e (iii) comprovante da titularidade das ações, diretamente perante a ISA CTEEP, com envio para o seguinte endereço: CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, Rua Casa do Ator 1.155, 9º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04546-004, A/C: Gerência de Relações com Investidores. O acionista também pode optar por exercer o direito de voto a distância mediante o envio ao e-mail ri@isacteep.com.br dos seguintes documentos: (i) Boletim de Voto a Distância digitalizado devidamente preenchido, (ii) cópia do documento de identidade digitalizado e (iii) comprovante da titularidade das ações.
Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliarios, com nome, endereço fisico e eletrônico, telefone e pessoa para contato A escrituração das ações da CTEEP é realizada pelo Banco Itaú. O acionista, que possua ações que não estejam depositadas em depositário central, poderá encaminhar sua instrução de voto a distancia por meio do Banco Itaú, devendo: realizar cadastro no site do Itaú Securities Services Assembleia Digital, (ii) possuir certificado digital (público ou privado), e em caso de Pessoa Jurídica enviar documentação e procuração para comprovação de poderes. Demais dúvidas quanto ao uso do sistema deverão ser tratados com o próprio Banco Itaú. Banco Itaú https://assembleiadigital.comprova.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital 3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA

AGE - CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA de 04/04/2019

0800 7209285 (demais localidades).

Deliberações / Questões relacionadas à AGE

Deliberação Simples

1. Propõe-se aprovar o desdobramento da totalidade das 164.720.826 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo 64.484.433 ordinárias e 100.236.393 preferenciais, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias e 1 (uma) ação preferencial para 4 (quatro) ações preferenciais, incluindo as ADRs.
O valor do capital social permanecerá sendo R$ 3.590.020.426,94, porém passará a ser dividido em 658.883.304 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo 257.937.732 ordinárias e 400.945.572 preferenciais. Em vista do acima exposto, para cada ação detida, cada acionista da Companhia receberá outras 3 (três) novas ações da mesma espécie.
Se aprovado o desdobramento de ações proposto, consequentemente o artigo 4° do estatuto social será atualizado para refletir as ações objeto do desdobramento.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Deliberação Simples

2. Propõe-se a modificação dos seguintes dispositivos do Estatuto Social da Companhia: (i) alteração dos §§ 1º e 2º do artigo 28, para modificação da forma de representação da Companhia; e (ii) exclusão do artigo 44, tendo em vista o decurso do prazo constante no dispositivo.

[ ] Aprovar [ ] Rejeitar [ ] Abster-se

Cidade :_____

Data :_____

Assinatura :_____

Nome do Acionista :_____

Telefone :_____